



Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de Março de 2026

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	21
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	23
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	24
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	25
BALANÇO PATRIMONIAL.....	26
BALANÇO PATRIMONIAL.....	27
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	30
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	31
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	34
4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	34
5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	36
6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	39
7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO.....	39
8. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	40
9. RESULTADO FINANCEIRO	41
10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES.....	41
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	44
12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	45
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)	46
14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO.....	47
15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES	49
16. IMOBILIZADO.....	55
17. INTANGÍVEL.....	56
18. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO	57
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	58
20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	62
21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	64
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	64
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	65
24. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	68
25. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	74

DESTAQUES (R\$ MM) IT26	IT26	IT25	Δ %
Margem Bruta	5.008	4.942	1%
Despesas Operacionais	(1.142)	(1.064)	7%
EBITDA	4.097	3.717	10%
Resultado Financeiro	(1.640)	(1.561)	5%
Lucro Atribuído aos Controladores	1.284	1.001	28%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	548	652	(16%)
IFRS 15 + Operações Corporativas	540	284	90%
EBITDA Ajustado	3.009	2.781	8%

INDICADORES OPERACIONAIS			
Energia Injetada (GWh) (cativo + livre + GD)	23.337	22.912	1,9%
Energia Distribuída (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	19.770	19.354	2,1%
Número de Clientes (mil)	17.082	16.713	2%

Indicadores Financeiros de Dívida	IT26	2025	Varição
Dívida Líquida ¹ /EBITDA ²	3,57	3,41	0,16
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	-

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

² EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Crescimento de +1,9% da energia injetada, incluindo GD, no IT26 vs. IT25;
- Despesas operacionais: +7% no IT26 vs. IT25;
- EBITDA Ajustado: R\$ 3,0 bilhões no IT26, +8% vs. IT25, destaque para os reajustes positivos de parcela B das distribuidoras e novos ativos de transmissão em operação;
- Lucro: R\$ 1,2 bilhão no IT26 (+28% vs. IT25);
- CAPEX de R\$ 1,8 bilhão no IT26, sendo R\$ 1,7 bilhão em distribuição levando a uma RAB de R\$ 45,6 bilhões;
- Dívida Líquida/EBITDA de 3,57x no IT26, vs. 3,41x no 4T25;
- Neoenergia Coelba, Cosern e Elektro convocadas para renovação das concessões por mais 30 anos.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Operacional Líquida ¹	12.526	11.425	1.101	10%
Custos com Energia ²	(8.066)	(7.135)	(931)	13%
Margem Bruta s/ VNR	4.460	4.290	170	4%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	548	652	(104)	(16%)
MARGEM BRUTA	5.008	4.942	66	1%
Despesa Operacional	(1.142)	(1.064)	(78)	7%
PECLD	(148)	(146)	(2)	1%
(+) Eq. Patrimonial / Operações Corporativas	379	(15)	394	N/A
EBITDA	4.097	3.717	380	10%
Depreciação	(753)	(721)	(32)	4%
Resultado Financeiro	(1.640)	(1.561)	(79)	5%
IR/CS	(414)	(429)	15	(3%)
Minoritário	(6)	(5)	(1)	20%
LUCRO LÍQUIDO	1.284	1.001	283	28%

¹ Considera Receita de Construção

² Considera Custos de Construção

A Neoenergia encerrou o IT26 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 4.460 milhões, +4% vs. IT25, impactada pelos efeitos positivos de aumento da base de clientes e volume das distribuidoras, das variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários de todas as distribuidoras: +8,1% em Neoenergia Coelba (reajuste abr/25), +6,6% em Neoenergia Cosern (reajuste abr/25), +16,2% em Neoenergia Pernambuco (revisão abr/25), +1,3% em Neoenergia Elektro (reajuste ago/25) e +8,3% em Neoenergia Brasília (reajuste out/25), além dos novos ativos de transmissão que entraram em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela menor geração eólica e menor margem de hidros, decorrente da desconexão de Baixo Iguaçu a partir de jul/25, após o *closing* da venda do ativo.

A margem bruta foi de R\$ 5.008 milhões no IT26, em linha com o IT25, impactada por menor VNR, dado o menor IPCA no período e renovação da concessão de Neoenergia Pernambuco, que praticamente zerou seu VNR.

As despesas operacionais somaram R\$ 1.142 milhões no IT26 (+7% vs. IT25), explicado por maiores gastos para execução das ações de cobrança e do plano de corte, além do maior saldo de provisões jurídicas, que cresceu pontualmente neste trimestre.

A PECLD foi de R\$ 148 milhões no IT26, em linha com o IT25.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no IT26 foram registrados +R\$ 379 milhões sendo: +R\$ 359 milhões de mudança de perímetro com remensuração da participação previamente detida do negócio de Corumbá, +R\$ 35 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC e -R\$ 16 milhões pelo resultado da usina de Belo Monte. Vale lembrar que no IT25 foram registrados -R\$ 41 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana e +R\$ 29 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC.

O EBITDA foi de R\$ 4.097 milhões no IT26, +10% vs. IT25, e o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 3.009 milhões no IT26, +8% vs. IT25.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1.640 milhões no IT26 (vs. -R\$ 1.561 milhões no IT25), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex de distribuição.

Como resultado dos efeitos apresentados, o lucro líquido do IT26 foi de R\$ 1.284 milhões (+28% vs. IT25).

1.2. Redes

O resultado do negócio de Redes contempla o desempenho das distribuidoras e transmissoras.

DRE REDES (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	11.938	10.837	1.101	10%
Custos com Energia	(7.803)	(6.940)	(863)	12%
Margem Bruta s/ VNR	4.135	3.897	238	6%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	548	652	(104)	(16%)
Margem Bruta	4.683	4.549	134	3%
Despesa Operacional	(961)	(863)	(98)	11%
PECLD	(148)	(146)	(2)	1%
(+) Eq. Patrimonial / Operações Corporativas	35	(12)	47	N/A
EBITDA	3.609	3.528	81	2%
Depreciação	(608)	(558)	(50)	9%
Resultado Financeiro	(1.620)	(1.491)	(129)	9%
IR CS	(330)	(373)	43	(12%)
LUCRO LÍQUIDO	1.051	1.106	(55)	(5%)

O negócio de Redes encerrou o IT26 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 4.135 milhões (+6% vs. IT25), impactada pelos efeitos positivos de aumento da base de clientes e volume das distribuidoras, das variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários de todas as distribuidoras: +8,1% em Neoenergia Coelba (reajuste abr/25), +6,6% em Neoenergia Cosern (reajuste abr/25), +16,2% em Neoenergia Pernambuco (revisão abr/25), +1,3% em Neoenergia Elektro (reajuste ago/25) e +8,3% em Neoenergia Brasília (reajuste out/25), além dos novos ativos de transmissão que entraram em operação. A margem bruta foi de R\$ 4.683 milhões no IT26 (+3% vs. IT25), impactada por menor VNR, dado o menor IPCA no período e renovação da concessão de Neoenergia Pernambuco, que praticamente zerou seu VNR.

As despesas operacionais somaram R\$ 961 milhões no IT26 (+11% vs. IT25), explicado por maiores gastos para execução das ações de cobrança e do plano de corte, além do maior saldo de provisões jurídicas, que cresceu pontualmente neste trimestre.

A PECLD foi de R\$ 148 milhões no IT26, em linha com o IT25.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no IT26 foram registrados +R\$ 35 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. Vale lembrar que no IT25 foram

registrados -R\$ 41 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana e +R\$ 29 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC.

O EBITDA de Redes foi de R\$ 3.609 milhões no IT26, +2% vs. IT25, e o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 2.880 milhões no IT26, +13% vs. IT25.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1.620 milhões no IT26 (vs. -R\$ 1.491 milhões no IT25), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex de distribuição.

Como resultado dos efeitos apresentados, o lucro líquido de Redes no IT26 foi de R\$ 1.051 milhões (-5% vs. IT25).

DRE TRANSMISSÃO (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	609	1.345	(736)	(55%)
Custos de Construção	(136)	(867)	731	(84%)
Margem Bruta	473	478	(5)	(1%)
Despesa Operacional	(65)	(44)	(21)	48%
PECLD	(2)	-	(2)	-
(+) Eq. Patrimonial / Operações Corporativas	35	(12)	47	N/A
EBITDA	441	422	19	5%
Depreciação	(2)	(3)	1	(33%)
Resultado Financeiro	(234)	(246)	12	(5%)
IR CS	(47)	(56)	9	(16%)
LUCRO LÍQUIDO	158	118	40	34%
IFRS15	181	329	(148)	(45%)

As transmissoras apresentaram Margem Bruta de R\$ 473 milhões no IT26, em linha com o IT25.

As despesas operacionais somaram R\$ 65 milhões no IT26 (+48% vs. IT25), em função dos novos ativos que entraram em operação.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no IT26 foram registrados +R\$ 35 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. Já no IT25 foram registrados -R\$ 41 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana e +R\$ 29 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA de transmissão encerrou o trimestre em R\$ 441 milhões (+5% vs. IT25) e o EBITDA Ajustado, sem IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 260 milhões no IT26 (+94% vs. IT25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 234 milhões no IT26 (-5% vs. IT25).

O negócio de transmissão teve lucro de R\$ 158 milhões no IT26 (+34% vs. IT25).

1.2.1. NEOENERGIA COELBA

DRE (R\$ MM)	1T26	1T25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	4.529	3.801	728	19%
Custos Com Energia	(2.943)	(2.300)	(643)	28%
Margem Bruta s/ VNR	1.586	1.501	85	6%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	348	346	2	1%
Margem Bruta	1.934	1.847	87	5%
Despesa Operacional	(420)	(374)	(46)	12%
PECLD	(49)	(51)	2	(4%)
EBITDA	1.465	1.422	43	3%
Depreciação	(266)	(246)	(20)	8%
Resultado Financeiro	(667)	(561)	(106)	19%
IR CS	(126)	(127)	1	(1%)
LUCRO LÍQUIDO	406	488	(82)	(17%)

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.586 milhões no 1T26 (+6% vs. 1T25), explicado pelos maiores volumes e pelo impacto positivo da variação da parcela B de +8,1% no reajuste de abril/25.

A margem bruta foi de R\$ 1.934 milhões no 1T26 (+5% vs. 1T25), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 420 milhões no 1T26 (+12% vs. 1T25), explicado por maiores gastos para execução das ações de cobrança e do plano de corte.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 49 milhões (-4% vs. 1T25), refletindo a boa performance das ações de cobrança. Da mesma forma, quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) do 1T26, ele encerrou em 1,25%, abaixo do seu limite regulatório, de 1,31%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.465 milhões no trimestre (+3% vs. 1T25) e o EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 1T26 foi de R\$ 1.117 milhões (+4% vs. 1T25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 667 milhões no 1T26 (vs. -R\$ 561 milhões no 1T25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio.

O Lucro Líquido foi de R\$ 406 milhões no 1T26 (-17% vs. 1T25).

1.2.2. NEOENERGIA PERNAMBUCO

DRE (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	2.392	1.866	526	28%
Custos com Energia	(1.641)	(1.256)	(385)	31%
Margem Bruta s/ VNR	751	610	141	23%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	3	115	(112)	(97%)
Margem Bruta	754	725	29	4%
Despesa Operacional	(206)	(192)	(14)	7%
PECLD	(53)	(50)	(3)	6%
EBITDA	495	483	12	2%
Depreciação	(123)	(111)	(12)	11%
Resultado Financeiro	(276)	(270)	(6)	2%
IR CS	(10)	(24)	14	(58%)
LUCRO LÍQUIDO	86	78	8	10%

A Neoenergia Pernambuco apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 751 milhões no IT26 (+23% vs. IT25), impulsionada pelo reajuste tarifário de abril/25, que resultou em variação positiva da parcela B (+16,2%), além do aumento da base de clientes e da expansão do mercado no período. A margem bruta totalizou R\$ 754 milhões no IT26 (+4% vs. IT25), impactada pelo menor VNR, em função da renovação da concessão ocorrida em setembro de 2025.

As despesas operacionais somaram R\$ 206 milhões no IT26 (+7% vs. IT25), reflexo do maior saldo de provisões jurídicas, que cresceu pontualmente neste trimestre.

A PECLD totalizou R\$ 53 milhões no IT26 (em linha vs. IT25).

Como resultado dessas variações, o EBITDA atingiu R\$ 495 milhões no IT26 (+2% vs. IT25), enquanto o EBITDA Ajustado (ex-VNR) alcançou R\$ 492 milhões no período (+34% vs. IT25).

O Resultado Financeiro encerrou o trimestre em -R\$ 276 milhões (em linha com IT25).

O Lucro Líquido totalizou R\$ 86 milhões no IT26 (+10% vs. IT25).

1.2.3. NEOENERGIA COSERN

DRE (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	1.034	869	165	19%
Custos com Energia	(653)	(550)	(103)	19%
Margem Bruta s/ VNR	381	319	62	19%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	69	68	1	1%
Margem Bruta	450	387	63	16%
Despesa Operacional	(72)	(67)	(5)	7%
PECLD	(8)	(5)	(3)	60%
EBITDA	370	315	55	17%
Depreciação	(51)	(47)	(4)	9%
Resultado Financeiro	(103)	(100)	(3)	3%
IR CS	(41)	(32)	(9)	28%
LUCRO LÍQUIDO	175	136	39	29%

A Neoenergia Cosern registrou Margem Bruta sem VNR de R\$ 381 milhões no IT26 (+19% vs. IT25), influenciada pelo reajuste tarifário de abril/25, que resultou em variação positiva da parcela B (+6,6%), além da ampliação da base de clientes e do crescimento do mercado no período. A Margem Bruta totalizou R\$ 450 milhões no IT26 (+16% vs. IT25).

As despesas operacionais somaram R\$ 72 milhões no IT26 (+7% vs. IT25), reflexo do maior saldo de provisões jurídicas, que cresceu pontualmente neste trimestre.

A PECLD totalizou R\$ 8 milhões no IT26 (+60% vs. IT25).

Como resultado dessas variações, o EBITDA atingiu R\$ 370 milhões no IT26 (+17% vs. IT25), enquanto o EBITDA Ajustado (ex-VNR) alcançou R\$ 301 milhões no período (+22% vs. IT25).

O Resultado Financeiro totalizou -R\$ 103 milhões no IT26 (em linha vs. IT25).

O Lucro Líquido somou R\$ 175 milhões no IT26 (+29% vs. IT25).

1.2.4. NEOENERGIA ELEKTRO

DRE (R\$ MM)	1T26	1T25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	2.444	2.190	254	12%
Custos Com Energia	(1.630)	(1.345)	(285)	21%
Margem Bruta s/ VNR	814	845	(31)	(4%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	121	118	3	3%
Margem Bruta	935	963	(28)	(3%)
Despesa Operacional	(185)	(165)	(20)	12%
PECLD	(23)	(25)	2	(8%)
EBITDA	727	773	(46)	(6%)
Depreciação	(114)	(105)	(9)	9%
Resultado Financeiro	(283)	(243)	(40)	16%
IR CS	(104)	(136)	32	(24%)
LUCRO LÍQUIDO	226	289	(63)	(22%)

A Neoenergia Elektro apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 814 milhões no 1T26 (-4% vs. 1T25), impactada pelos menores volumes e por mix, parcialmente compensado pela variação positiva da parcela B de +1,30% do reajuste de agosto/25.

A margem bruta foi de R\$ 935 milhões no 1T26 (-3% vs. 1T25), em razão dos efeitos supracitados, que foram parcialmente compensados pelo maior VNR no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 185 milhões no 1T26 (+12% vs. 1T25).

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 23 milhões (-8% vs. 1T25), refletindo a boa performance das ações de cobrança. Da mesma forma, quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) do 1T26, ele encerrou em 0,71%, abaixo do reportado no 1T25, de 0,81%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 727 milhões no trimestre (-6% vs. 1T25) e o EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 1T26 foi de R\$ 606 milhões (-7% vs. 1T25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 283 milhões no 1T26 (vs. -R\$ 243 milhões no 1T25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio.

O Lucro Líquido foi de R\$ 226 milhões no 1T26 (-22% vs. 1T25).

1.2.5. NEOENERGIA BRASÍLIA

DRE (R\$ MM)	1T26	1T25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	972	782	190	24%
Custos com Energia	(801)	(622)	(179)	29%
Margem Bruta s/ VNR	171	160	11	7%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	7	6	1	17%
Margem Bruta	178	166	12	7%
Despesa Operacional	(56)	(43)	(13)	30%
PECLD	(13)	(15)	2	(13%)
EBITDA	109	108	1	1%
Depreciação	(52)	(48)	(4)	8%
Resultado Financeiro	(56)	(69)	13	(19%)
IR CS	(4)	1	(5)	N/A
LUCRO LÍQUIDO	(3)	(8)	5	(63%)

A Neoenergia Brasília registrou Margem Bruta sem VNR de R\$ 171 milhões no 1T26 (+7% vs. 1T25), influenciada pelo reajuste tarifário de outubro/25, que resultou em variação positiva da parcela B (+8,3%), além da ampliação da base de clientes no período.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 56 milhões no 1T26 (+30% vs. 1T25), em função dos efeitos positivos não recorrentes registrados no 1T25, relacionados ao reconhecimento de decisões judiciais favoráveis e à reversão pontual de provisão para encargos previdenciários no montante de R\$ 7 milhões.

A PECLD somou R\$ 13 milhões no 1T26 (-13% vs. 1T25), refletindo a boa performance das ações de cobrança no período.

Em função dessas variações, o EBITDA atingiu R\$ 109 milhões no 1T26, em linha com o 1T25.

O Resultado Financeiro encerrou o trimestre em -R\$ 56 milhões (vs. -R\$ 69 milhões no 1T25), impactado pela menor atualização do passivo financeiro setorial no período.

A Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 3 milhões no 1T26 (vs. prejuízo de R\$ 8 milhões no 1T25).

1.3. Geração e Clientes

O resultado do negócio de Geração e Clientes contempla o desempenho dos parques eólicos, parques solares, usinas hidrelétricas, usina térmica e comercializadora do Grupo Neoenergia.

DRE GERAÇÃO E CLIENTES (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	998	1.052	(54)	(5%)
Custos com Energia	(658)	(646)	(12)	2%
Margem Bruta	340	406	(66)	(16%)
Despesa Operacional	(123)	(140)	17	(12%)
(+) Eq. Patrimonial / Operações Corporativas	344	(3)	347	N/A
EBITDA	561	263	298	113%
Depreciação	(102)	(104)	2	(2%)
Resultado Financeiro	(24)	(46)	22	(48%)
IR CS	(58)	(52)	(6)	12%
LUCRO LÍQUIDO	377	61	316	518%

DRE HIDROS (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	170	217	(47)	(22%)
Custos com Energia	(28)	(47)	19	(40%)
Margem Bruta	142	170	(28)	(16%)
Despesa Operacional	(19)	(31)	12	(39%)
(+) Eq. Patrimonial / Operações Corporativas	344	(3)	347	N/A
EBITDA	467	136	331	243%
Depreciação	(11)	(16)	5	(31%)
Resultado Financeiro	(3)	(11)	8	(73%)
IR CS	(17)	(23)	6	(26%)
LUCRO LÍQUIDO	436	86	350	407%

DRE EÓLICAS (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	294	327	(33)	(10%)
Custos com Energia	(171)	(160)	(11)	7%
Margem Bruta	123	167	(44)	(26%)
Despesa Operacional	(67)	(65)	(2)	3%
EBITDA	56	102	(46)	(45%)
Depreciação	(80)	(74)	(6)	8%
Resultado Financeiro	(29)	(41)	12	(29%)
IR CS	(27)	(22)	(5)	23%
LUCRO LÍQUIDO	(80)	(35)	(45)	129%

DRE SOLAR (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	18	16	2	13%
Custos com Energia	(13)	(10)	(3)	30%
Margem Bruta	4	6	(2)	(33%)
Despesa Operacional	(1)	(1)	-	-
EBITDA	3	5	(2)	(40%)
Depreciação	(4)	(4)	-	-
IR CS	(1)	(1)	-	-
LUCRO LÍQUIDO	(2)	-	(2)	-

DRE TERMOPEERNAMBUCO (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	67	56	11	20%
Custos com Energia	(44)	(39)	(5)	13%
Margem Bruta	23	17	6	35%
Despesa Operacional	(14)	(18)	4	(22%)
EBITDA	9	(1)	10	N/A
Depreciação	(8)	(9)	1	(11%)
Resultado Financeiro	2	6	(4)	(67%)
IR CS	0	2	(2)	(100%)
LUCRO LÍQUIDO	3	(2)	5	N/A

DRE COMERCIALIZAÇÃO (R\$ MM)	IT26	IT25	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	450	436	14	3%
Custos com Energia	(402)	(390)	(12)	3%
Margem Bruta	48	46	2	4%
Despesa Operacional	(21)	(24)	3	(13%)
EBITDA	27	22	5	23%
Depreciação	(2)	(1)	(1)	100%
Resultado Financeiro	6	-	6	-
IR CS	(12)	(8)	(4)	50%
LUCRO LÍQUIDO	19	13	6	46%

O negócio de Geração e Clientes apresentou margem bruta de R\$ 340 milhões no IT26 (-16% vs. IT25), refletindo, principalmente, a menor geração eólica e a redução da margem das hidros, em função da desconsolidação de Baixo Iguaçu a partir de jul/25, após o *closing* da venda do ativo.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 123 milhões no IT26 (-12% vs. IT25), influenciadas pela desconsolidação de Baixo Iguaçu.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no IT26 foram registrados +R\$ 359 milhões de mudança de perímetro com remensuração da participação previamente detida do negócio de Corumbá e -R\$ 16 milhões pelo resultado da usina de Belo Monte. Vale lembrar que no IT25 foram registrados -R\$ 5 milhões de ajuste a valor justo referente à venda da usina de Baixo Iguaçu e +R\$ 3 milhões pelo resultado da usina de Corumbá.

Considerando esses efeitos, o EBITDA alcançou R\$ 561 milhões no IT26 (+113% vs. IT25) e o EBITDA Ajustado, sem Operações Corporativas, foi de R\$ 202 milhões no IT26 (-22% vs. IT25). A consolidação de ECIII, a partir de março/26, acrescentou +R\$ 4,2 milhões no EBITDA.

O resultado financeiro foi de -R\$ 24 milhões no IT26 (+R\$ 22 milhões vs. IT25), refletindo a menor despesa com encargos da dívida dos ativos eólicos e hidros em razão do menor IPCA e da desconsolidação de Baixo Iguaçu.

O lucro líquido foi de R\$ 377 milhões no IT26 (+518% vs. IT25).

2. EBITDA

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	1T26	1T25	Variação	
			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	1.284	1.001	283	28%
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(6)	(5)	(1)	20%
Despesas financeiras (C)	(1.762)	(1.626)	(136)	8%
Receitas financeiras (D)	349	312	37	12%
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	(227)	(247)	20	(8%)
Imposto de renda e contribuição social (F)	(414)	(429)	15	(3%)
Depreciação e Amortização (G)	(753)	(721)	(32)	4%
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F+G))	4.097	3.717	380	10%
Ativo Financeiro da Concessão - VNR (H)	548	652	(104)	(16%)
IFRS 15 (I)	181	329	(148)	(45%)
Operações Corporativas (J)	359	(45)	404	N/A
EBITDA Ajustado = (EBITDA - (H+I+J))	3.009	2.781	228	8%

3. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	1T26	1T25	Variação	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	272	217	55	25%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1.765)	(1.633)	(132)	8%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(147)	(145)	(2)	1%
Juros, comissões e acréscimo moratório	72	92	(20)	(22%)
Variações monetárias e cambiais - outros	3	(12)	15	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(50)	(28)	(22)	79%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(26)	(72)	46	(64%)
Obrigações pós emprego	(25)	(25)	-	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(121)	(100)	(21)	21%
Total	(1.640)	(1.561)	(79)	5%

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.640 milhões no 1T26 (vs. R\$ 1.561 milhões no 1T25), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento de 16% no saldo médio da dívida em relação ao 1T25, devido às captações direcionadas para Capex.

4. INVESTIMENTOS

O Capex da Neoenergia encerrou o IT26 em R\$ 1,8 bilhões, conforme tabela a seguir:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	IT26	IT25	Δ %
Redes	1.850	2.196	(16%)
Distribuidoras	1.712	1.327	29%
Transmissoras	138	869	(84%)
Geração e Clientes	28	37	(23%)
Hidrelétricas	1	9	(85%)
Eólicas	14	23	(39%)
Termopernambuco	0	2	(88%)
Clientes	13	4	256%
Outros	5	7	(31%)
TOTAL	1.883	2.240	(16%)

Nota: Não consideram as atualizações financeiras e provisões capitalizadas

4.1. Redes

4.1.1. Distribuição

No IT26, o Capex das distribuidoras foi de R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão foram destinados à expansão de redes. A seguir, a abertura do Capex por distribuidora:

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	IT26	IT25	Δ %	IT26	IT25	Δ %	IT26	IT25	Δ %	IT26	IT25	Δ %	IT26	IT25	Δ %	IT26	IT25	Δ %
Expansão de Rede	620	542	14%	153	123	24%	68	60	14%	142	165	(14%)	44	20	117%	1.027	910	13%
Programa Luz para Todos	63	85	(26%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	85	(26%)
Novas Ligações	347	275	26%	111	104	7%	52	45	17%	110	115	(4%)	18	10	88%	638	548	16%
Novas SEs e RD's	210	182	16%	42	19	123%	16	15	7%	32	50	(37%)	26	10	146%	326	276	18%
Renovação de Ativos	111	82	35%	128	38	232%	19	22	(14%)	58	41	42%	42	17	153%	358	200	79%
Melhoria da Rede	41	42	(4%)	27	13	101%	19	12	60%	17	21	(16%)	32	11	191%	136	99	37%
Perdas e Inadimplância	29	20	47%	25	22	14%	2	2	4%	3	2	100%	16	5	212%	75	51	49%
Outros	60	66	(9%)	50	22	126%	7	16	(54%)	25	26	(4%)	17	10	74%	189	140	14%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	132	45	192%	55	19	188%	12	8	40%	2	1	100%	19	13	49%	220	87	154%
(+) Investimento Bruto	993	798	24%	437	238	84%	128	121	6%	247	255	(3%)	170	75	125%	1.975	1.486	33%
SUBVENÇÕES	(10)	(38)	(73%)	(2)	(4)	(61%)	(0)	(10)	(99%)	(19)	(17)	17%	(12)	(4)	160%	(45)	(72)	(40%)
(=) Investimento Líquido	982	760	29%	435	234	86%	128	111	16%	228	238	(4%)	158	71	123%	1.932	1.414	37%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(132)	(45)	192%	(55)	(19)	188%	(12)	(8)	40%	(2)	(1)	100%	(19)	(13)	49%	(220)	(87)	154%
(-) CAPEX	850	715	19%	380	215	77%	117	102	14%	225	237	(5%)	139	58	139%	1.712	1.327	29%
Base de Anuidade Regulatória	60	66	(9%)	50	22	126%	7	16	(54%)	25	26	(4%)	17	10	74%	189	140	14%
Base de Remuneração Regulatória	800	686	17%	332	197	69%	109	97	13%	220	228	(3%)	134	53	153%	1.596	1.260	27%

4.1.2. Transmissão

No IT26, o Capex das transmissoras foi de R\$ 138 milhões, integralmente dedicado ao investimento final dos lotes de transmissão.

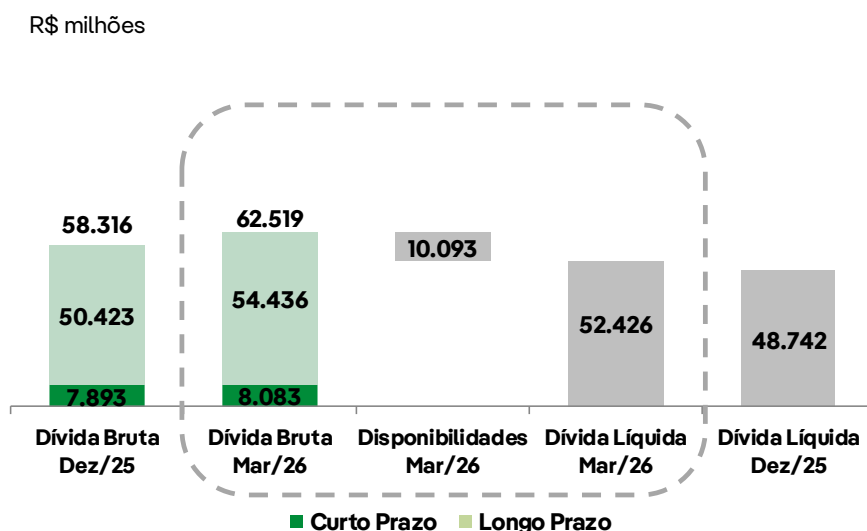
4.2. Geração e Clientes

Os investimentos realizados em Geração e Clientes somaram R\$ 28 milhões no 1T26, destinados, principalmente, para manutenção dos parques eólicos e dos projetos de soluções verdes industriais.

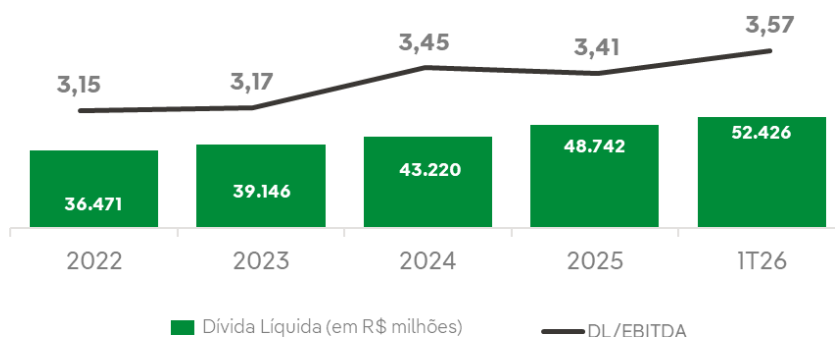
5. ENDIVIDAMENTO

5.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira

Em março de 2026, a dívida líquida do consolidado da Neoenergia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 52.426 milhões (dívida bruta de R\$ 62.519 milhões), apresentando um crescimento de 8% (R\$ 3.684 milhões) em relação a dezembro de 2025, explicado principalmente pela execução de Capex dos projetos de redes. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 87% da dívida contabilizada no longo prazo e 13% no curto prazo.



O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,41x em dezembro de 2025 para 3,57x em março de 2026.



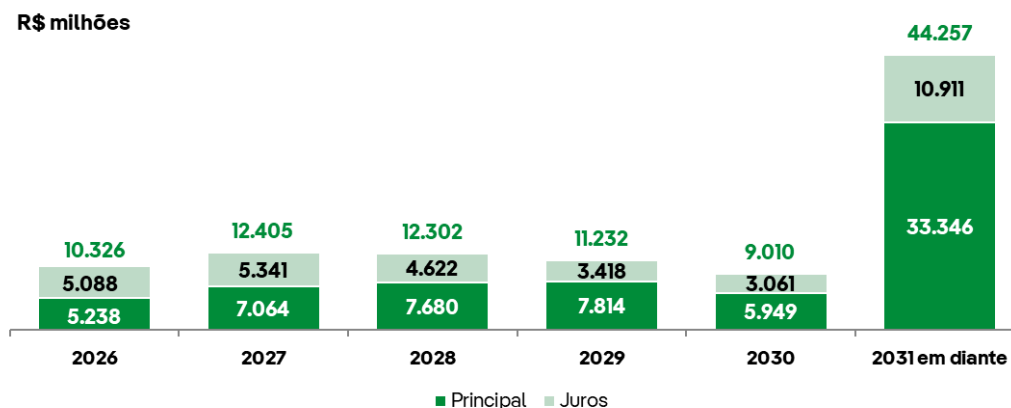
5.2. Cronograma de amortização das dívidas

A Companhia busca alinhar a estrutura de sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Visando eficiência por meio da redução do custo da dívida e do alongamento de seu perfil de amortização, a Companhia executa uma gestão ativa de seus passivos financeiros de modo a evitar concentração dos vencimentos de dívida. Os montantes vincendos nos próximos anos não apresentam concentração em nenhum período específico, estando consistentes com volumes vencidos nos últimos exercícios.

Em 2026, as maiores concentrações de pagamento de dívida são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 1,4 bilhão, da Neoenergia Pernambuco, de R\$ 1,2 bilhão, da Neoenergia Elektro, de R\$ 839 milhões e da Neoenergia Brasília, de R\$ 400 milhões. A soma dos vencimentos dessas distribuidoras equivale a 74% do volume consolidado a amortizar neste período.

Em 2027, as maiores concentrações de pagamento de dívida são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 1,9 bilhão, da Neoenergia Elektro, de R\$ 1,1 bilhão, da Neoenergia Pernambuco, de R\$ 1,0 bilhão, da Neoenergia Holding, de R\$ 853 milhões, da Neoenergia Cosern, de R\$ 609 milhões, e da Neoenergia Brasília, de R\$ 550 milhões. A soma dos vencimentos dessas empresas equivale a 86% do volume consolidado a amortizar neste período.

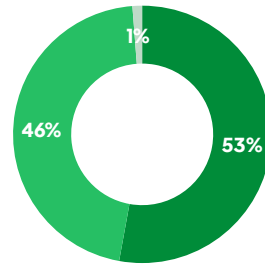
O prazo médio do endividamento da Neoenergia em março de 2026 foi de 5,58 anos (vs. 5,71 anos em dezembro de 2025). O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente ao final do IT26.



5.3. Perfil Dívida

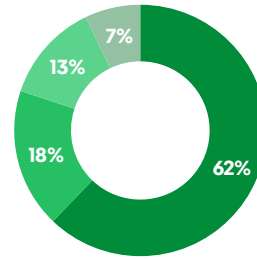
Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregado por fonte de captação e por indexador. O custo médio da dívida consolidado em março de 2026 foi de 11,7% (vs. 11,9% em dezembro de 2025).

DÍVIDA LÍQUIDA POR INDEXADOR (pós swap)



■ IPCA ■ CDI e SELIC ■ TJLP

DÍVIDA POR FUNDING



■ Mercado de Capitais Internos
■ Bancos de Fomentos Nacionais
■ Bancos de Fomentos Internacionais
■ Bancos Comerciais Internacionais

No IT26 captamos um total de R\$ 5.152 milhões. Destacamos as seguintes linhas de desembolso de dívida:

- i. Liberações da 23ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Coelba (R\$ 1.700 milhões), da 18ª Emissão de Debêntures para Neoenergia Pernambuco (R\$ 900 milhões), da 18ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Elektro (R\$ 900 milhões) e da 14ª Emissão de Debêntures para Neoenergia Cosern (R\$ 500 milhões), com prazo de até 7 anos;
- ii. Liberações de linhas 4131 junto ao HSBC para Neoenergia Lagoa dos Patos no montante de R\$ 400 milhões e prazo de 1 ano, para Neoenergia Elektro, de R\$ 200 milhões e prazo de 3 anos, para Neoenergia Estreito, de R\$ 50 milhões com prazo de 2 anos, e para Neoenergia Paraíso, de R\$ 40 milhões com prazo de 2 anos;
- iii. Desembolso de financiamento do MUFG para Neoenergia Coelba, no valor de R\$ 262 milhões e prazo de 5 anos;
- iv. Desembolso de linha 4131 junto ao Credit Agricole para Neoenergia Elektro no montante de R\$ 200 milhões e prazo de 3 anos.

6.NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia apresenta os resultados do IT26 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS).

6.1. Conciliação Resultado Gerencial

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	1T26	1T25	Correspondência nas Notas Explicativas
(+) Receita líquida	13.315	12.285	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(548)	(652)	Nota 5
(-) Outras receitas	(253)	(198)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	(13)	(9)	Nota 5.3
(+) Penalidades contratuais e regulatórias	(19)	(50)	Nota 5.3
(+) Receita de operação e manutenção	41	46	Nota 5.3
(+) Operações fotovoltaicas	1	0	Nota 5.3
(+) Outras receitas - Outras receitas	2	3	Nota 5.3
= RECEITA Operacional Líquida	12.526	11.425	
(+) Custos com energia elétrica	(5.953)	(4.857)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(37)	(30)	Nota 8
(+) Custos de construção	(2.075)	(2.247)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(1)	(1)	Nota 8
= Custo com Energia	(8.066)	(7.135)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	548	652	Nota 5
= MARGEM BRUTA	5.008	4.942	
(+) Custos de operação	(1.468)	(1.379)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(94)	(87)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(612)	(558)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	37	30	Nota 8
(-) Operações fotovoltaicas	1	1	Nota 8
(-) Depreciação	753	721	Nota 8
(+) Outras receitas	253	198	Nota 5
(-) Ganho/perda na RAP	13	9	Nota 5.3
(-) Penalidades contratuais e regulatórias	19	50	Nota 5.3
(-) Receita de operação e manutenção	(41)	(46)	Nota 5.3
(-) Operações fotovoltaicas	(1)	0	Nota 5.3
(-) Outras receitas - Outras receitas	(2)	(3)	Nota 5.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(1.142)	(1.064)	
(+) PECLD	(148)	(146)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial / (-) Ajuste valor justo - investimento	379	(15)	Demonstrações de resultado
EBITDA	4.097	3.717	
(+) Depreciação e Amortização	(753)	(721)	Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(1.640)	(1.561)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(414)	(429)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(6)	(5)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	1.284	1.001	Demonstrações de resultado

6.2. Conciliação do Negócios de Geração e Clientes (Nota 5.1)

DRE SEGMENTO (R\$ MM)	Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes		
	Renováveis ¹	Liberalizado ²	1T26	Renováveis ¹	Liberalizado ²	1T25
Receita Operacional Líquida, ajustada	482	493	975	558	474	1.032
Custo dos Serviços	(212)	(447)	(659)	(217)	(430)	(647)
MARGEM BRUTA	270	46	316	341	44	385
Despesa Operacional	(87)	(11)	(98)	(95)	(24)	(119)
(+) Equivalência Patrimonial / Aj. a Valor Justo	345	(1)	344	(3)	-	(3)
EBITDA	528	34	562	243	20	263
(+) Depreciação e Amortização	(95)	(7)	(102)	(94)	(10)	(104)
(+) Resultado Financeiro, líquido	(32)	8	(24)	(52)	6	(46)
(+) Tributos sobre o lucro	(45)	(13)	(58)	(46)	(6)	(52)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	356	22	378	51	10	61

¹ Hidros, Solar e Eólicas

² Termopernambuco, NC Energia e Neoserv

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional, líquida	5	13.315	12.285	1	1
Custos		(9.496)	(8.483)	-	-
Custos com energia elétrica	6	(5.953)	(4.857)	-	-
Custos de construção	7	(2.075)	(2.247)	-	-
Custos de operação	8	(1.468)	(1.379)	-	-
Lucro bruto		3.819	3.802	1	1
Perda de crédito esperadas	12.2	(148)	(146)	-	-
Despesas com vendas	8	(94)	(87)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(612)	(558)	(81)	(78)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	15	371	1	12	1
Equivalência Patrimonial	15	8	(16)	1.377	1.109
Lucro operacional		3.344	2.996	1.309	1.033
Resultado financeiro	9	(1.640)	(1.561)	4	(23)
Receitas financeiras		349	312	173	155
Despesas financeiras		(1.762)	(1.626)	(95)	(105)
Outros resultados financeiros, líquidos		(227)	(247)	(74)	(73)
Lucro antes dos tributos		1.704	1.435	1.313	1.010
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(414)	(429)	(28)	(12)
Corrente		(133)	(165)	(28)	(12)
Diferido		(281)	(264)	-	-
Lucro líquido do período		1.290	1.006	1.285	998
Atribuível à:					
Acionistas controladores		1.284	1.001	1.285	998
Acionistas não controladores		6	5	-	-
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	22.2	1,06	0,82	1,06	0,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	1.290	1.006	1.285	998
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	68	9	-	-
Hedge de fluxo de caixa	(28)	4	-	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(13)	(5)	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	26	8
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	27	8	26	8
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	(43)	222	(19)	108
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	6	(37)	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(17)	76
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(37)	185	(36)	184
Outros resultados abrangentes do período, líquido dos tributos	(10)	193	(10)	192
Resultado abrangente do período	1.280	1.199	1.275	1.190
Atribuível à:				
Acionistas controladores	1.274	1.193	1.275	1.190
Acionistas não controladores	6	6	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	1.290	1.006	1.285	998
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	769	736	51	53
Baixa de ativos não circulantes	32	39	-	-
Equivalência Patrimonial	(8)	16	(1.427)	(1.160)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	(371)	(1)	(12)	(1)
Tributos sobre o lucro	414	429	28	12
Resultado financeiro, líquido	1.640	1.561	(4)	23
Valor de reposição estimado da concessão	(548)	(652)	-	-
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(616)	(334)	-	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual - Transmissão)	(336)	(1.284)	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	(236)	(165)	39	42
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(105)	(58)	(4)	(4)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(694)	360	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(178)	(15)	(20)	(14)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	77	(13)	-	1
Outros ativos e passivos, líquidos	(195)	(134)	18	9
Caixa gerado (consumido) nas operações	935	1.491	(46)	(41)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	18	5	47	5
Encargos de dívidas pagos	(633)	(549)	(16)	(21)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(304)	(227)	(13)	(7)
Rendimento de aplicação financeira	272	217	46	39
Pagamento de juros - Arrendamentos	(9)	(10)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(119)	(115)	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	160	812	18	(25)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa adquirido na combinação de negócios (nota 15.4)	29	-	-	-
Contraprestação transferida para aquisição de controle (nota 15.4)	(28)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(44)	(51)	(5)	(8)
Aumento de capital em investidas	(2)	-	(102)	(596)
Concessão serviço público (Ativo contratual - Distribuição)	(1.996)	(1.462)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(878)	(119)	(282)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.002	211	285	122
Mútuos com coligadas recebidos (aplicados)	-	-	(62)	(49)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.917)	(1.421)	(166)	(531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	5.152	561	-	-
Pagamento dos custos de captação	(82)	(19)	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(1.747)	(2.200)	-	-
Depósitos em garantias	(22)	(26)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	57	79	-	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(16)	(19)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	(19)	392	(8)	-
Remuneração paga aos acionistas controladores	(984)	-	(984)	-
Alienação de participação societária em controladas (nota 15.1)	4	23	-	-
Recuperação de ações em tesouraria	-	(5)	-	(5)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	2.343	(1.214)	(992)	(5)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	586	(1.823)	(1.140)	(561)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.453	7.730	1.719	1.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.039	5.907	579	964
Transações que não envolvem caixa:				
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	26	19	-	-
Contratos de arrendamento - IFRS 16	24	11	-	-
Adição de obrigações especiais	-	5	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	15	-	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	8	12	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	9.039	8.453	579	1.719
Contas a receber de clientes e outros	12	11.282	10.484	-	-
Títulos e valores mobiliários		512	616	283	275
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	65	114	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	531	584	256	298
Outros tributos a recuperar		1.401	1.370	-	1
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	15	144	29	924	658
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	546	206	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	1.447	1.432	-	-
Outros ativos circulantes		1.806	1.589	1.064	974
		26.773	24.877	3.106	3.925
Ativos não circulantes mantidos para a venda	15.3	2.879	2.861	2.137	2.096
Total do circulante		29.652	27.738	5.243	6.021
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	12	344	443	-	-
Títulos e valores mobiliários		542	505	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	206	341	44	93
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	399	392	-	-
Outros tributos a recuperar	10.2.1	2.405	2.507	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	1.383	1.402	-	-
Depósitos Judiciais	20.1	2.055	2.036	75	74
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	34.576	32.993	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	24.258	23.483	-	-
Outros ativos não circulantes		73	75	64	61
Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	15	1.856	2.042	38.075	36.963
Direito de uso		217	209	2	2
Imobilizado	16	9.479	8.917	58	54
Intangível	17	16.167	16.195	2	2
Total do não circulante		93.960	91.540	38.320	37.249
Total do ativo		123.612	119.278	43.563	43.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	18	4.581	4.800	228	189
Empréstimos e financiamentos	19.2	7.683	7.705	427	375
Passivo de arrendamento		79	74	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	465	302	134	64
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	21	675	781	12	16
Tributos sobre o lucro a recolher	10.1.3	94	113	7	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		1.263	1.402	71	104
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	72	140	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.2	730	730	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.2	113	1.084	86	1.069
Provisões e outras obrigações	20	745	654	-	-
Outros passivos circulantes		2.578	2.453	335	411
		19.078	20.238	1.300	2.228
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda	15.3	745	762	-	-
Total do circulante		19.823	21.000	1.300	2.228
Não circulante					
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	18	230	224	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.2	53.516	50.022	4.159	4.310
Passivo de arrendamento		178	174	2	2
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	1.126	742	423	315
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	860	899	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher	10.1.3	6	6	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	2.812	2.386	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		2.041	1.969	-	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	968	1.228	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.2	1.550	1.681	-	-
Provisões e outras obrigações	20	1.940	1.920	1	1
Outros passivos não circulantes		450	443	32	44
Total do não circulante		65.677	61.694	4.617	4.672
Patrimônio Líquido					
Atribuído aos acionistas controladores	22	37.726	36.451	37.646	36.370
Atribuído aos acionistas não controladores		386	133	-	-
Total do patrimônio líquido		38.112	36.584	37.646	36.370
Total do passivo e do patrimônio líquido		123.612	119.278	43.563	43.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado										
	Reservas de Lucros										
	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas controladores	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.920	93	(1.784)	(580)	2.091	247	15.464	-	36.451	133	36.584
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.284	1.284	6	1.290
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(10)	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transação com os sócios:											
Compra de participação adicional de controladas	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	2
Combinação de negócios (nota 15.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	248
Saldos em 31 de março de 2026	20.920	93	(1.783)	(590)	2.091	247	15.464	1.284	37.726	386	38.112
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.920	116	(1.787)	(734)	1.839	247	16.037	-	32.638	109	32.747
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.001	1.001	5	1.006
Outros resultados abrangentes	-	-	-	192	-	-	-	-	192	1	193
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Transação com os sócios:											
Pagamento baseado em ações	-	(33)	-	-	-	-	-	(3)	(36)	-	(36)
Compra de participação adicional de controladas	-	-	2	-	-	-	-	-	2	21	23
Ações em tesouraria	-	10	-	-	-	-	-	-	10	-	10
Saldos em 31 de março de 2025	16.920	93	(1.785)	(542)	1.839	247	16.037	998	33.807	135	33.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Controladora								
	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.920	93	(1.857)	(580)	2.091	234	15.469	-	36.370
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.285	1.285
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(10)	-	-	-	-	(10)
Transação com os sócios:									
Compra de participação adicional de controladas	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de março de 2026	20.920	93	(1.856)	(590)	2.091	234	15.469	1.285	37.646
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.920	114	(1.857)	(734)	1.839	234	16.038	-	32.554
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	998	998
Outros resultados abrangentes	-	-	-	192	-	-	-	-	192
Transação com os sócios:									
Pagamento baseado em ações	-	(31)	-	-	-	-	-	-	(31)
Ações em tesouraria	-	10	-	-	-	-	-	-	10
Saldos em 31 de março de 2025	16.920	93	(1.857)	(542)	1.839	234	16.038	998	33.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	18.622	16.957	1	1
Outras receitas	464	105	-	-
Receita de construção de ativos próprios	9	13	-	-
Perda de crédito esperada	(148)	(146)	-	-
Subtotal	18.947	16.929	1	1
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(4.898)	(3.903)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.675)	(1.466)	-	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.627)	(2.764)	(58)	(61)
Impairment e baixa de ativos não circulantes, líquidos	(44)	(55)	12	1
Matérias-primas consumidas	(42)	(32)	-	-
Subtotal	(9.286)	(8.220)	(46)	(60)
Valor adicionado bruto	9.661	8.709	(45)	(59)
Depreciação e amortização	(769)	(736)	(51)	(53)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	8.892	7.973	(96)	(112)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	8	(16)	1.427	1.160
Receitas financeiras	1.634	1.519	406	421
Subtotal	1.642	1.503	1.833	1.581
Valor adicionado total a distribuir	10.534	9.476	1.737	1.469
Distribuição do valor adicionado				
Remunerações de empregados e administradores	484	443	15	10
Benefícios	206	194	2	1
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	30	29	-	-
Subtotal	720	666	17	11
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.970	2.548	41	21
Estaduais	2.235	2.141	-	-
Municipais	40	35	-	-
Subtotal	5.245	4.724	41	21
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações cambiais	3.271	3.075	394	438
Aluguéis	8	5	-	-
Subtotal	3.279	3.080	394	438
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos	1.284	1.001	1.285	998
Participação dos acionistas não controladores	6	5	-	-
Subtotal	1.290	1.006	1.285	998
Valor adicionado distribuído	10.534	9.476	1.737	1.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A. (Controladora) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, em processo de conversão de seu registro de emissora de valores mobiliários da categoria A para categoria B (vide nota de eventos subsequentes) constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas (Companhia ou Grupo) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

No decorrer do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2026, ocorreram as seguintes alterações na estrutura dos contratos de concessão e autorizações dos serviços públicos que a Companhia opera.

Redes

Ao longo do primeiro trimestre de 2026 algumas etapas dos empreendimentos de transmissão, listados abaixo, entraram em operação comercial:

Transmissora	Estado	Entrada em operação	Empreendimento
Neoenergia Morro do Chapéu	Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo	Fevereiro	LT 500 kV MEDEIROS NETO II / JOAO NEIVA 2 C-1 BA/ES
			MG 500 kV JOAO NEIVA 2 MG2 ES
			RTL 500 kV 71,67 Mvar JOAO NEIVA 2 RTR2 ES (reserva linha)
			RTL 500 kV 71,67 Mvar Medeiros Neto II RTR2 BA (reserva linha)
Neoenergia Vale do Itajaí	Paraná e Santa Catarina	Março	EL 138 kV ITAJAI 2 DIST3
			EL 138 kV ITAJAI 2 DIST4
			LT 525 kV ITAJAI 2 / JOINVILLE SUL C 1 SC
			LT 525 kV JOINVILLE SUL / AREIA C 1 SC/PR
			MG AREIA / CCO-2019-001 - RB
			RTL 525 kV 50 Mvar AREIA RTRI PR (reserva linha)
			RTL 525 kV 50 Mvar JOINVILLE SUL RTRI SC (reserva linha)
			RTB 525 kV 150 Mvar JOINVILLE SUL 1 SC
RTB 525 kV 50 Mvar JOINVILLE SUL RTR2 SC (reserva barra)			

As informações completas sobre os contratos de concessão da Companhia estão divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto a presente demonstração financeira intermediária para o trimestre findo em 31 de março de 2026 deve ser lida em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

1.2 Gestão de riscos

Até 31 de março de 2026, não houve alterações relevantes com relação às diretrizes e limites de Gestão de Riscos do Grupo, compostas pelas diretrizes de gestão dos riscos corporativos e pelas diretrizes de gestão dos riscos específicos para cada Negócio, às divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

Na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de abril de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Neoenergia S.A. e de todas as controladas, *joint ventures* e coligadas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 1 e CBPS 2.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2027:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A. entre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/12/2025
Controladora	1.285	998	37.646	36.370
Capitalização encargos financeiros, líquidos ⁽¹⁾	(1)	(1)	80	81
Outros	-	4	-	-
Consolidado	1.284	1.001	37.726	36.451

(1) Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquida dos tributos diferidos e amortizações, emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos, solares e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades corporativas e de suportes às operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

4.1 Resultado por segmento

As informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	Três meses findos em				
	31/03/2026				
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado
Receita bruta com terceiros	17.862	256	504	-	18.622
Receita bruta inter-segmentos	52	283	91	(426)	-
Deduções da receita bruta	(5.172)	(57)	(78)	-	(5.307)
Receita operacional, líquida	12.742	482	517	(426)	13.315
Custos e despesas operacionais ⁽¹⁾	(8.872)	(202)	(300)	(75)	(9.449)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽¹⁾	(148)	(97)	(182)	427	-
Custos e despesas operacionais	(9.020)	(299)	(482)	352	(9.449)
Perdas de crédito esperadas	(148)	-	-	-	(148)
Ajuste valor justo/valor recuperável - Impairment	-	371	-	-	371
Resultado de participação societária	35	(26)	(1)	-	8
LAJIDA (EBITDA)	3.609	528	34	(74)	4.097
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(608)	(95)	(7)	(43)	(753)
Lucro operacional	3.001	433	27	(117)	3.344
Resultado financeiro, líquido	(1.620)	(32)	8	4	(1.640)
Tributos sobre o lucro	(330)	(45)	(13)	(26)	(414)
Lucro líquido	1.051	356	22	(139)	1.290

	Consolidado				
	Três meses findos em				
	31/03/2025				
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado
Receita bruta com terceiros	16.212	297	448	-	16.957
Receita bruta inter-segmentos	22	322	122	(465)	-
Deduções da receita bruta	(4.533)	(61)	(78)	-	(4.672)
Receita operacional, líquida	11.700	558	492	(465)	12.285
Custos e despesas operacionais ⁽¹⁾	(7.924)	(183)	(225)	(75)	(8.407)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽¹⁾	(90)	(129)	(247)	466	-
Custos e despesas operacionais	(8.014)	(312)	(472)	391	(8.407)
Perdas de crédito esperadas	(146)	-	-	-	(146)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	(41)	42	-	-	1
Resultado de participação societária	29	(45)	-	-	(16)
LAJIDA (EBITDA)	3.528	243	20	(74)	3.717
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(558)	(94)	(10)	(59)	(721)
Lucro operacional	2.970	149	10	(133)	2.996
Resultado financeiro, líquido	(1.491)	(52)	6	(24)	(1.561)
Tributos sobre o lucro	(373)	(46)	(6)	(4)	(429)
Lucro líquido	1.106	51	10	(161)	1.006

(1) Não inclui depreciação e amortização.

(2) Inclui a amortização de mais valia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

4.2 Ativos por segmento alocados

	Consolidado 31/03/2026				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e joint ventures	Direito de uso e imobilizado
Redes	11.267	(494)	75.605	1.067	203
Renováveis	159	-	795	779	8.502
Liberalizados	200	-	46	10	931
Outros	-	-	2	-	60
Total	11.626	(494)	76.448	1.856	9.696

	Consolidado 31/12/2025				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e joint ventures	Direito de uso e imobilizado
Redes	10.601	(1.162)	73.460	1.177	193
Renováveis	114	-	595	858	7.947
Liberalizados	212	-	46	7	929
Outros	-	-	2	-	57
Total	10.927	(1.162)	74.103	2.042	9.126

4.3 Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

	31/03/2026		Consolidado 31/03/2025	
	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado
Redes	2.115	33	2.446	13
Renováveis	-	48	-	33
Liberalizados	-	9	-	3
Outros	-	-	-	8
Total	2.115	90	2.446	57

(1) Inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado Três meses findos em 31/03/2026			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia elétrica (nota 5.1)	5.776	221	379	6.376
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	7.637	-	-	7.637
Disponibilidade do sistema de geração	-	-	65	65
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	2.072	-	-	2.072
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	261	35	38	334
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	548	-	-	548
Remuneração do ativo contratual	462	-	-	462
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.2)	875	-	-	875
Outras receitas (nota 5.3)	231	-	22	253
Receita operacional bruta	17.862	256	504	18.622
(-) Tributos	(3.412)	(45)	(77)	(3.534)
(-) Encargos setoriais	(1.760)	(12)	(1)	(1.773)
Receita operacional líquida	12.690	199	426	13.315

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado			
	Três meses findos em			
	31/03/2025			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia elétrica (nota 5.1)	5.326	270	362	5.958
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	7.480	-	-	7.480
Disponibilidade do sistema de geração	-	-	62	62
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	2.423	-	-	2.423
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	76	22	8	106
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	652	-	-	652
Remuneração do ativo contratual	390	-	-	390
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.2)	(312)	-	-	(312)
Outras receitas (nota 5.3)	177	5	16	198
Receita operacional bruta	16.212	297	448	16.957
(-) Tributos	(3.267)	(47)	(76)	(3.390)
(-) Encargos setoriais	(1.266)	(14)	(2)	(1.282)
Receita operacional líquida	11.679	236	370	12.285

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 6.097 (R\$ 6.112 em 31 de março de 2025) e livres R\$ 1.540 (R\$ 1.368 em 31 de março de 2025).

(2) Em 31 de março de 2026, o total da Receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 1.939 e R\$ 133 (Em 31 de março de 2025 R\$ 1.380 e R\$ 1.043) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

(3) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

5.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
Residencial	5.947	5.876
Comercial	1.954	2.018
Industrial	876	964
Rural	586	601
Poder público	658	665
Iluminação pública	308	315
Serviços públicos	239	247
Fornecimento não faturado	49	162
Transferência-Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	(5.919)	(6.032)
Subvenções e subsídios governamentais ⁽²⁾	1.678	1.142
Total	6.376	5.958

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas conforme resoluções homologatórias.

(2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 606 (R\$ 368 em 31 de março de 2025) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 1.047 (R\$ 747 em 31 de março de 2025) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 25 (R\$ 27 em 31 de março de 2025) referente à subvenção CCRBT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)

5.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
CVA e Neutralidade		
Energia ⁽¹⁾	486	(23)
Encargos do serviço do sistema – ESS	33	(61)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽²⁾	279	23
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ⁽³⁾	103	(143)
Neutralidade ⁽⁴⁾	(105)	80
PROINFA	(53)	51
Subtotal	743	(73)
Componentes financeiros e Subsídios		
Repasse de sobrecontratação ⁽⁵⁾	(37)	(266)
Risco hidrológico	4	37
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(75)	(70)
Diferimento de reajuste	(9)	(115)
Modicidade Eletrobras	5	55
Crédito Pis/Cofins sobre ICMS	131	161
Neutralidade PIS/COFINS	9	(17)
Financeiro CDE GD	58	-
Reversão pagamento escassez hídrica	28	-
Outros	18	(24)
Subtotal	132	(239)
Total	875	(312)

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025;
- (2) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a março de 2026, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de recebimento na tarifa;
- (3) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025
- (4) CVA passiva, referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4A do PRORET, destaque para a extensão da neutralidade para toda a Parcela A, em função do aditivo contratual de prorrogação da concessão, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no processo tarifário de 2025;
- (5) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;

5.3 Outras receitas

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
Arrendamentos e aluguéis	176	149
Receita de operação e manutenção	41	46
Renda da prestação de serviços	48	35
Ganho/(perda) na RAP	(13)	(9)
Comissão serviços de terceiros	10	15
Administração de faturas de fraudes	2	3
Serviço taxado	6	6
(-) Compensações regulatórias	(19)	(50)
Outras receitas	2	3
Total	253	198

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ⁽¹⁾	(2.560)	(2.220)
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(254)	(187)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP ⁽²⁾	(786)	(176)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(170)	(66)
Contratos por cotas de garantia física	(368)	(399)
Energia adquirida contrato bilateral	(381)	(362)
Energia Itaipu	(171)	(195)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(103)	(158)
Energia Micro e Minigeração Distribuída - MMGD	11	-
Outros	(116)	(140)
Subtotal	(4.898)	(3.903)
Créditos de PIS e COFINS	466	370
Total	(4.432)	(3.533)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(1.217)	(1.067)
Encargos de transporte Itaipu	(32)	(26)
Encargos de conexão	(81)	(81)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(20)	(23)
Encargo de serviço do sistema – ESS	(15)	(5)
Encargo de energia de sistema – EER	(273)	(264)
Outros encargos	(37)	-
Subtotal	(1.675)	(1.466)
Créditos de PIS e COFINS	154	142
Total	(1.521)	(1.324)
Total dos custos com energia elétrica	(5.953)	(4.857)

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A variação do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 33º e do 36º Leilão de Energia Nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril de 2025;
- (2) Variação decorrente do aumento do PLD médio de 2026, comparado com o mesmo período de 2025, impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);

7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
Material	(1.104)	(1.059)
Serviços de terceiros	(796)	(1.003)
Pessoal	(148)	(148)
Juros sobre obras em andamento	(25)	(19)
Outros	(73)	(85)
Obrigações especiais	71	67
Total	(2.075)	(2.247)
Custo de construção da infraestrutura de concessão		
Distribuidoras	(1.939)	(1.380)
Transmissoras	(136)	(867)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

8. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado			
	Três meses findos em			
	31/03/2026			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(354)	(60)	(214)	(628)
Administradores	-	-	(28)	(28)
Serviços de terceiros	(335)	(27)	(171)	(533)
Operações fotovoltaicas	(1)	-	-	(1)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(654)	(2)	(97)	(753)
Combustível para produção de energia	(37)	-	-	(37)
Provisão para processos judiciais	-	-	(56)	(56)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(26)	(28)
Outras receitas e despesas, líquidas	(85)	(5)	(20)	(110)
Total	(1.468)	(94)	(612)	(2.174)

	Consolidado			
	Três meses findos em			
	31/03/2025			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(325)	(55)	(197)	(577)
Administradores	-	-	(15)	(15)
Serviços de terceiros	(312)	(27)	(173)	(512)
Operações fotovoltaicas	(1)	-	-	(1)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(631)	-	(90)	(721)
Combustível para produção de energia	(30)	-	-	(30)
Provisão para processos judiciais	-	-	(41)	(41)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(25)	(26)
Outras receitas e despesas, líquidas	(79)	(5)	(17)	(101)
Total	(1.379)	(87)	(558)	(2.024)

(1) Em 31 de março de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 769 (Em 31 de março de 2025 R\$ 736).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	Três meses findos em	
	31/03/2026	31/03/2025
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	272	217
(-) Tributos sobre receita financeira	(28)	(24)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	72	92
Atualização de depósitos judiciais	22	16
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	1
Outras receitas financeiras	11	10
	349	312
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(1.535)	(1.398)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(25)	(26)
Atualização do passivo financeiro setorial	(26)	(72)
Atualização de provisões para processos judiciais	(72)	(44)
Outras despesas financeiras	(104)	(86)
	(1.762)	(1.626)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(196)	(193)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	948	968
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3.b)	(1.213)	(1.157)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3.b)	231	147
Perdas com variações cambiais e monetárias	(75)	(80)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	78	68
	(227)	(247)
Resultado financeiro, líquido	(1.640)	(1.561)

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

10.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

10.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	Três meses findos em 31/03/2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.704	1.435
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(579)	(489)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Incentivos fiscais	60	78
Diferença de presunção de base do lucro presumido	(35)	(22)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	138	20
Atualização SELIC indêbitos tributários ⁽¹⁾	31	13
Outras adições (reversões)	(29)	(29)
Tributos sobre o lucro	(414)	(429)
Alíquota efetiva	24%	30%
Corrente	(133)	(165)
Diferido	(281)	(264)

(1) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL, referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relacionados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS das Distribuidoras de Energia do Grupo. Porém, no ano-calendário de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

10.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	2.160	2.095
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	149	167
Diferenças temporárias:		
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível / Combinação de negócios	(56)	101
Obrigações com benefícios pós-emprego	296	321
Provisão para processos judiciais	385	383
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	380	369
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	77	78
PLR	90	91
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(3.648)	(3.462)
Capitalização de juros de dívida	(212)	(201)
Depreciação acelerada	(27)	(27)
Valor justo de instrumentos financeiros	(42)	(27)
Risco hidrológico (GSF)	(35)	(36)
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(1.054)	(944)
Outros	108	108
Total	(1.429)	(984)
Ativo não circulante	1.383	1.402
Passivo não circulante	(2.812)	(2.386)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Consolidado Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.402	(2.386)
Combinação de negócios (nota 15.4)	-	(157)
Efeitos reconhecidos no resultado	(33)	(248)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	4	(11)
Transferências entre ativos e passivos	10	(10)
Saldo em 31 de março de 2026	1.383	(2.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.087	(2.486)
Efeitos reconhecidos no resultado	15	(279)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(7)	(35)
Saldo em 31 de março de 2025	1.095	(2.800)

10.1.3 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Para o trimestre findo em 31 de março de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

10.2 Ressarcimento a consumidores – Tributos Federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/22.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025, no qual também foi determinada a observância de um prazo prescricional de 10 (dez) anos para a devolução desses valores aos consumidores. O acórdão dessa decisão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No entanto, remanesceram pontos de contrariedade, imprecisões e ambiguidade no acórdão, passíveis de esclarecimento, a exemplo da forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido o que motivou iniciativa de oposição de embargos de declaração pela ABRADDEE para dirimir tais dúvidas. O STF pautou o exame de tal recurso para sessão virtual, entre os dias 03 e 13 de abril de 2026. Iniciado o julgamento, este foi interrompido por pedido de destaque, sem data prevista para a sua retomada. A Administração da Companhia aguarda o julgamento desses embargos para uma eventual alteração das estimativas contabilmente reconhecidas até o momento.

O saldo dos valores passivos constituídos nas subsidiárias, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

	31/03/2026	Consolidado 31/03/2025
Saldo inicial do período	2.411	2.898
Atualização monetária	53	54
Compensação	(184)	(172)
Saldo final do período	2.280	2.780
Passivo circulante	730	690
Passivo não circulante	1.550	2.090

II. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2026	Consolidado 31/12/2025	31/03/2026	Controladora 31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	230	335	-	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.084	3.810	566	1.651
Fundos de Investimento	4.725	4.308	13	68
Total	9.039	8.453	579	1.719

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de março de 2026 é 99,96% (99,88% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	31/03/2026	Consolidado 31/12/2025	31/03/2026	Controladora 31/12/2025
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	4.725	4.232	13	68
CDB	-	76	-	-
Total	4.725	4.308	13	68

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	31/03/2026			Consolidado 31/12/2025		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 12.1)	10.630	(2.797)	7.833	10.597	(2.719)	7.878
Comercialização de energia na CCEE	184	-	184	133	-	133
Disponibilidade da rede elétrica	1.933	(8)	1.925	1.822	(8)	1.814
Subvenções e subsídio governamentais	1.147	-	1.147	636	-	636
Outros recebíveis	761	(224)	537	676	(210)	466
Total	14.655	(3.029)	11.626	13.864	(2.937)	10.927
Ativo circulante			11.282			10.484
Ativo não circulante			344			443

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 37 dias.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras nos 3 meses findos dos respectivos períodos, estão apresentados a seguir:

	31/03/2026	Consolidado 31/03/2025
	Subvenções e subsídio governamentais	497
Valor de face antes da alienação	497	315
Fluxo de caixa recibo pela alienação	490	312
Deságio nominal praticado	1,37%	1,10%
Taxa equivalente prefixada	15,0% a.a.	16,2% a.a.

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha Outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Em 31 de março de 2026, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras nos montantes de R\$497.

12.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia. A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

	31/03/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	4.014	(1.736)	3.935	(1.668)
Comercial	1.491	(522)	1.501	(509)
Industrial	879	(264)	860	(262)
Rural	659	(208)	710	(208)
Poder público	537	(13)	534	(16)
Iluminação pública	312	(8)	324	(8)
Serviços públicos	342	(9)	354	(8)
Não faturado	2.396	(37)	2.379	(40)
Total	10.630	(2.797)	10.597	(2.719)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	31/03/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.737	(102)	4.902	(113)
Saldos vencidos:				
Entre 1 e 90 dias	1.539	(93)	1.494	(85)
Entre 91 e 180 dias	379	(98)	347	(92)
Entre 181 e 360 dias	545	(214)	545	(219)
Acima de 361 dias	3.430	(2.290)	3.309	(2.210)
Total	10.630	(2.797)	10.597	(2.719)

12.2 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial do período	(2.937)	(2.587)
Efeito reconhecido no resultado do período	(148)	(146)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	56	52
Saldo final do período	(3.029)	(2.681)

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

	31/03/2026			Consolidado 31/12/2025		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
	CVA e Neutralidade					
Energia	1.695	(151)	1.544	1.255	(232)	1.023
Encargo de Serviço Sistema – ESS	37	(69)	(32)	36	(99)	(63)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	869	(8)	861	577	(22)	555
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão -TUST	507	(7)	500	397	(7)	390
Neutralidade	72	(142)	(70)	122	(83)	39
Outros	26	(32)	(6)	47	-	47
Componentes Financeiros e Subsídios						
Repasso de sobrecontratação ⁽¹⁾	91	(933)	(842)	133	(906)	(773)
Risco hidrológico	-	(913)	(913)	-	(901)	(901)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	-	(1.436)	(1.436)	2	(1.327)	(1.325)
Diferimento de reajuste	15	-	15	24	-	24
Reversão pagamento escassez hídrica	-	(22)	(22)	-	-	-
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(38)	(38)	-	(44)	(44)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS ⁽²⁾	384	(767)	(383)	237	(562)	(325)
RTE Covid	172	-	172	172	-	172
Outros	287	(131)	156	211	(192)	19
Total	4.155	(4.649)	(494)	3.213	(4.375)	(1.162)
Valores homologados pela ANEEL	474	(932)	(458)	775	(1.304)	(529)
Valores a serem homologados pela ANEEL	3.681	(3.717)	(36)	2.438	(3.071)	(633)
Total	4.155	(4.649)	(494)	3.213	(4.375)	(1.162)
Ativo circulante			546			206
Passivo circulante			(72)			(140)
Passivo não circulante			(968)			(1.228)

(1) Em 31 de março de 2026, a Companhia apurou um passivo de R\$ 842, decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;

(2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2025, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2025 a março de 2026, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.

14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As atuais concessões de distribuição e transmissão não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A controlada Neoenergia Pernambuco, possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 34 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 30 de março de 2030 e 30 março de 2060, prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

14.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 24.5). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial do período	32.993	33.806
Baixas	(11)	(17)
Transferência ativo contratual ⁽¹⁾	1.036	622
Transferência ativo intangível	10	-
Ajustes a valor justo ⁽²⁾	548	652
Saldo final do período	34.576	35.063

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato;

(2) O valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

14.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/03/2026			Consolidado 31/12/2025		
	Transmissão	Distribuição	Total	Transmissão	Distribuição	Total
Circulante	1.447	-	1.447	1.432	-	1.432
Não circulante	18.179	6.079	24.258	17.866	5.617	23.483
Total	19.626	6.079	25.705	19.298	5.617	24.915
Concluído	19.626	-	19.626	12.964	-	12.964
Em execução	-	6.079	6.079	6.334	5.617	11.951

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.298	5.617	24.915
Adições ⁽¹⁾	150	1.965	2.115
Baixas	-	(14)	(14)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(433)	(433)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(1.036)	(1.036)
Transferências - outros	-	(20)	(20)
Amortização do ativo contratual	(284)	-	(284)
Atualização monetária	462	-	462
Saldo em 31 de março de 2026	19.626	6.079	25.705
Custo	19.626	6.632	26.258
Obrigações especiais	-	(553)	(553)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.488	4.113	18.601
Adições ⁽¹⁾	1.044	1.402	2.446
Baixas	-	(6)	(6)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(152)	(152)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(622)	(622)
Transferências - outros	-	(15)	(15)
Amortização do ativo contratual	(130)	-	(130)
Atualização monetária	390	-	390
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para a venda	(8)	-	(8)
Saldo em 31 de março de 2025	15.784	4.720	20.504
Custo	15.784	5.213	20.997
Obrigações especiais	-	(493)	(493)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. A remensuração do ativo contratual das transmissoras compõe o saldo das adições.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

15.1 Mutações ocorridas durante o período

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* são as seguintes:

	Total Consolidado ¹	Controladas	Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.042	34.921	36.963
Aumento de capital	30	99	129
Efeito consolidação de Energética Corumbá III (15.4)	(92)	(359)	(451)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	9	9
Dividendos e JCP declarados	(144)	(202)	(346)
Outros	-	23	23
Equivalência Patrimonial	8	1.369	1.377
Equivalência patrimonial no resultado	8	1.419	1.427
Amortização da mais-valia	-	(50)	(50)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	12	359	371
Efeito consolidação de Energética Corumbá III (nota 15.4)	-	359	359
Reversão da provisão do valor recuperável (<i>Impairment</i>)	12	-	12
Saldo em 31 de março de 2026	1.856	36.219	38.075
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.837	32.385	34.222
Aumento de capital	-	596	596
Reclassificação para ativos mantidos para venda (nota 15.3)	-	13	13
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	85	85
Dividendos e JCP declarados	(1)	(148)	(149)
Outros	-	(18)	(18)
Equivalência Patrimonial	(16)	1.125	1.109
Equivalência patrimonial no resultado	(16)	1.176	1.160
Amortização da mais-valia	-	(51)	(51)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	47	(46)	1
Reversão do valor recuperável (<i>Impairment</i>)	47	-	47
Ajuste a valor justo - ativos mantidos para venda	-	(46)	(46)
Saldo em 31 de março de 2025	1.867	33.992	35.859

(1) Considera Coligadas e joint ventures

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



15.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

Controladas	Segmento	Participação e capital votante	Saldo dos Investimentos		Resultado de participação		Dividendos e JCP recebidos	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Subsidiárias integrais	Redes	100%	17.394	16.970	364	326	-	-
	Liberalizado	100%	1.634	1.612	33	23	-	-
	Renováveis	100%	6.383	5.991	396	61	29	-
	Outros	100%	9	9	-	-	-	-
Outras subsidiárias								
Neoenergia Coelba	Redes	98,98%	8.043	7.788	402	483	-	-
Neoenergia Elektro	Redes	99,68%	2.497	2.287	226	288	-	-
Afluenta T	Redes	90,18%	235	223	12	4	-	-
Oitis 2, 4 e 6 e Canoas 3 ⁽¹⁾	Renováveis	94,48%	358	378	(17)	(12)	-	-
			36.553	35.258	1.416	1.173	29	-
Coligadas e joint ventures								
Neoenergia Transmissão	Redes	50%	1.067	1.177	35	29	18	5
Carbon 2 Nature	Liberalizado	49%	7	4	(1)	-	-	-
Muçununga	Liberalizado	24,5%	3	3	-	-	-	-
Norte Energia S.A.	Renováveis	10%	779	794	(26)	(48)	-	-
Energética Corumbá III ^(Nota 15.4)	Renováveis	40%	-	64	-	3	-	-
			1.856	2.042	8	(16)	18	5
Transação entre os sócios			(334)	(337)	3	3	-	-
Total			38.075	36.963	1.427	1.160	47	5

(2) A Companhia, por meio de sua controlada Neoenergia Renováveis S.A., possui participações acionárias em parceria com contrato de autoprodução com as subsidiárias da CCR S.A (a) 2,84% do capital social da Oitis 2; (b) 6,75% do capital social da Oitis 4; e (c) 5,25% do capital social da Oitis 6. Com a Nexus S.A. (a) 6,87% do capital social da Canoas 3.

15.3 Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos não circulante mantido para a venda				
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	2.879	2.861	2.137	2.096
	2.879	2.861	2.137	2.096
Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantido para venda				
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	745	762	-	-
	745	762	-	-
Total	2.134	2.099	2.137	2.096
Ativos não circulante mantido para a venda				
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	2.134	2.099	2.137	2.096

(1) No consolidado considera as eliminações de recebíveis de pela venda de energia R\$ 9 e dividendos a pagar R\$ 12.

a) Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)

Em novembro de 2025, a Companhia e a EDF Brasil Hidro Participações S.A. (EDF Hidro) celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual a Companhia alienará a totalidade ações no capital da EAPSA considerando um *enterprise value* de R\$ 2.515, sujeito a ajustes usuais ao preço de venda.

Na mesma data, a Companhia celebrou com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF Brasil) o Acordo de Investimento, por meio do qual a Companhia realizará um aporte de R\$ 94 na EDF Hidro para deter 25% de participação no capital social desta. Em até 2,5 anos da conclusão da venda da EAPSA, a EDF Brasil terá o direito de adquirir a totalidade das ações de emissão da EDF Hidro detidas pela Companhia, e a Companhia terá o direito de saída da sociedade, através do qual poderá alienar a totalidade de sua participação na EDF Hidro.

Desde então, a Companhia reclassificou os saldos dos ativos e passivos referentes a EAPSA para as rubricas “Ativo não circulante mantido para venda” e “Passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda” pelo valor de livros, que representa o menor valor na comparação com o valor justo (líquido das despesas com vendas) da EAPSA.

Em dezembro de 2025, a EDF Hidro efetuou o depósito de R\$ 275 na conta garantia (“*escrow account*”), controlada pela Companhia, a título de antecipação de parte do valor a ser pago pela venda das ações da EAPSA. Para fins das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o referido valor foi reconhecimento na rubrica “Outros passivos” e a entrada do referido caixa apresentado na atividade de investimentos na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica “Antecipação de caixa para alienação de investimento”.

A conclusão da transação está sujeita a condições precedentes usuais desse tipo de transação, tais como obtenção de anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela ANEEL, entre outras (vide nota 25).

15.4 Combinação de negócios – UHE Corumbá III

Em conexão com a estratégia da Companhia pela manutenção de investimentos em sociedades controladas, em 18 de setembro de 2025, a Companhia, através da sua controlada Neoenergia Renováveis S.A. (“Neoenergia Renováveis”) e a Companhia Energética de Brasília (“CEB”) assinaram o Memorando de Entendimentos, para a participação em conjunto no leilão realizado pela Companhia CELG de Participações (“CELGPar”) em 3 de outubro de 2025, no qual a Companhia adquiriu a totalidade da participação de 37,5% das ações desta na Energética Corumbá III S.A. (“ECIII”), e revenderia à CEB a participação de 22,5%, mantendo a participação adquirida de 15%, e em contrapartida com a tomada do controle do Consórcio pela Neoenergia Renováveis, por meio de aditivo ao acordo de acionistas.

Em 30 de dezembro de 2025, a CEB exerceu seu direito de preferência à aquisição proporcional de ações nos termos previstos no acordo de acionistas da ECIII, e assinou o termo de adesão ao Contrato de Compra e Venda do Lote D (“CCVA”) para aquisição de 22,5% do capital social total da ECIII, passando a Neoenergia Renováveis, portanto, a adquirir a participação remanescente da CELGPar, representativa de 15% do capital social total da ECIII, pelo valor de R\$ 37 milhões, sujeito à ajustes usuais deste tipo de transação.

A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e pela ANEEL em 13 de fevereiro e 16 de março de 2026, respectivamente; e Neoenergia Renováveis, CEB e CELGPar concluíram a transação em 30 de março de 2026, quando foram assinados o CCVA e ocorreu o pagamento de R\$ 28, correspondente ao valor pela compra das ações atualizado pelo IPCA e deduzido dos proventos pagos pela ECIII, ambos entre a data-base da avaliação e 30 de março de 2026.

A ECIII é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III (UHE Corumbá III), situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

A UHE Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi constituída em parceria com a Neoenergia, sendo: (i) 40% para a ECIII, e (ii) 60% para a Neoenergia Renováveis. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III (“Consórcio”).

Tendo em vista que previamente à transação, a Companhia já detinha participação de 60% do Consórcio e 25% das ações da ECIII, totalizando via participações diretas e indiretas, uma participação de 70% na operação da UHE Corumbá III, e que após a conclusão da transação passou a deter participação total de 76% na operação, com uma tomada de controle por meio da revisão do acordo de acionistas, a transação se enquadra como uma combinação de negócios realizada em estágios, tendo que a operação da UHE Corumbá como um todo constitui um negócio dotado de *inputs*, processos e *outputs*. Desta forma, todas as participações envolvidas na transação foram mensuradas ao valor justo, conforme apresentado a seguir:

Valor justo dos ativos

Caixa e equivalentes de caixa	33
Contas a receber de clientes e outros	22
Tributos sobre o lucro a recuperar	16
Outros ativos circulantes e não circulantes	16
Imobilizado (a)	898
Intangível (b)	70

1.055

Valor justo dos passivos

Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	(6)
Tributos sobre o lucro a recolher	(3)
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	(10)
Tributos sobre o lucro diferidos (c)	(147)
Provisões e outras obrigações	(36)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(11)
	(213)
Valor justo dos ativos líquidos	842
Valor justo das contraprestações transferidas e da remensuração da participação previamente detida (d)	716
Valor justo das participações minoritárias (e)	248
Goodwill (c)	122

- a) A Companhia contratou a avaliação ao valor justo dos ativos fixos da UHE Corumbá III junto à firma independente especializada nesse tipo de avaliação. Com base no laudo do avaliador, a Administração apurou o ajuste de R\$ 430 à conta do ativo imobilizado, que serão depreciados linearmente até abril de 2040, em razão do prazo do contrato de concessão.
- b) R\$ 35 foi alocado ao contrato de concessão de prestação do serviço público de geração de energia elétrica até abril de 2040. O valor justo do intangível (contrato de concessão) foi avaliado utilizando abordagem de receita pelo método *multi-period excess earnings*, que considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pela concessão. As premissas chave foram:
- Prazo de concessão remanescente de 14 anos e 2 meses (até abril de 2040).
 - O volume projetado considerou a venda da totalidade da energia assegurada da usina no ACR até 2036 e no ACL entre 2037 e 2040. As vendas de energia no ACR e ACL consideram os preços contratuais e os preços de mercado projetados, respectivamente. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA ao longo da projeção.
 - Foram considerados os custos com energia elétrica comprada para revenda para cobrir o déficit de energia gerado pelo GSF médio de 97%, considerando estar contratado o seguro SP 90, que mantém proteção para um piso do GSF em 90%. Foram também considerados custos com encargos de uso da rede elétrica referentes à TUST, CFURH, taxa ONS e TFSEE. As despesas operacionais são compostas por pessoal, materiais, serviços e outras despesas, também considerando as estimativas da Administração.
 - Os investimentos foram projetados de acordo com as expectativas da Administração, sendo estes essencialmente destinados à manutenção da infraestrutura.
 - Os tributos sobre o lucro foram estimados à alíquota nominal de 34%, conforme legislação tributária brasileira para o regime de tributação pelo Lucro Real, ajustada pela redução da base de cálculo por distribuição de JSCP.
 - Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (“WACC” – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas na data de aquisição.
 - Foi projetada uma indenização referente aos ativos não depreciados ao fim da concessão, abril de 2040, corrigidos pelo IGP-M.

- c) Os tributos diferidos sobre o lucro totalizaram o montante de R\$ 158, tendo sido calculados sobre os ajustes entre o valor de livros e os valores justos dos ativos e passivos mencionados nos itens (a), (b) e (d), à alíquota nominal de 34%. Como consequência do reconhecimento deste passivo, houve reconhecimento de *goodwill* residual.
- d) O valor total das contraprestações transferidas é composto do valor justo das participações previamente detidas no montante de R\$ 688, mais o caixa pago em 30 de março de 2026 pela aquisição da participação adicional de 15% na ECIII no montante de R\$ 28. A Companhia não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra. Os gastos com honorários advocatícios e outros assessores relacionados à transação totalizaram R\$ 1.
- e) O valor justo das participações minoritárias corresponde à participação de 60% da CEB na ECIII, que por sua vez detém participação de 40% no Consórcio, de forma que a participação no valor justo total do negócio, ponderado o direito de dividendos das ações preferenciais de 1,1x ao mesmo direito para as ações ordinárias, corresponde à aproximadamente 25%.

O impacto da transação no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2026 totalizou R\$ 359, principalmente em razão do ajuste ao valor justo da participação previamente detida na operação.

Considerando que, anteriormente à transação, a Neoenergia Renováveis consolidava proporcionalmente o Consórcio à razão da sua participação, abaixo estão apresentados os valores acrescidos às principais rubricas do balanço patrimonial consolidado da Companhia na data da transação, incluindo a alocação dos ajustes ao valor justo anteriormente descritas:

Ativos adicionados	
Caixa e equivalentes de caixa	29
Imobilizado (a)	630
Intangível (b)/(c)	211
Outros ativos circulantes e não circulantes	(13)
	857
Passivos adicionados	
Tributos sobre o lucro diferidos (c)	(158)
Provisões e outras obrigações (d)	(13)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(34)
	(205)
Ativos líquidos adicionados	652

Caso a aquisição do controle das operações da UHE Corumbá III tivesse conclusão no primeiro dia do período findo em 31 de março de 2026, o lucro líquido consolidado da Companhia teria sido de R\$ 1.294.

16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado					
	Parques eólicos	Centrais Hidroelétricas e de ciclo combinado	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	2,57% - 16,67 %	2,00% - 16,70%	0% - 16,70%	2,50% - 33,30%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.354	1.194	707	111	551	8.917
Combinação de Negócios (nota 15.4)	-	349	257	-	24	630
Adições	-	-	-	-	40	40
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	2	2
Baixas	-	-	-	-	(1)	(1)
Depreciação	(70)	(25)	(9)	(5)	-	(109)
Transferências entre classes	25	15	2	(6)	(36)	-
Transferências - Outros ativos	-	9	1	-	(10)	-
Saldo em 31 de março de 2026	6.309	1.542	958	100	570	9.479
Custo	7.964	2.576	1.383	152	570	12.645
Depreciação acumulada	(1.655)	(1.034)	(425)	(52)	-	(3.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.592	2.391	890	96	521	10.490
Adições	-	-	-	-	41	41
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	4	4
Depreciação	(52)	(23)	(23)	(5)	-	(103)
Transferências entre classes	85	9	(86)	14	(22)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	(3)	-	2	(1)
Saldo em 31 de março de 2025	6.625	2.377	778	105	546	10.431
Custo	8.031	3.638	1.209	154	546	13.578
Depreciação acumulada	(1.406)	(1.261)	(431)	(49)	-	(3.147)

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

						Consolidado	
	Goodwill	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Total	
Taxa de amortização a.a.	-	2,46% - 6,25%	6,25% - 20%	0% - 100%	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.003	15.066	54	36	36	16.195	
Combinação de Negócios (nota 15.4)	157	41	-	13	-	211	
Adições	-	-	-	-	3	3	
Baixas	-	(9)	-	-	-	(9)	
Amortização	-	(655)	(5)	(4)	-	(664)	
Transferências - Intangíveis	-	-	9	-	(9)	-	
Transferências - Ativo financeiro ⁽¹⁾	-	(10)	-	-	-	(10)	
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	-	433	-	-	-	433	
Transferências - Outros ativos	-	7	-	-	1	8	
Saldo em 31 de março de 2026	1.160	14.873	58	45	31	16.167	
Custo	1.160	41.847	106	86	31	43.230	
Amortização acumulada	-	(25.706)	(48)	(41)	-	(25.795)	
Obrigações especiais	-	(1.268)	-	-	-	(1.268)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.246	11.218	27	26	52	12.569	
Adições	-	-	-	-	5	5	
Baixas	-	(16)	-	-	-	(16)	
Amortização	-	(607)	(2)	(2)	-	(611)	
Transferências entre classes	-	-	3	-	(3)	-	
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	-	152	-	-	-	152	
Transferências - Outros ativos	-	-	1	4	(4)	1	
Saldo em 31 de março de 2025	1.246	10.747	29	28	50	12.100	
Custo	1.246	35.390	61	51	50	36.798	
Amortização acumulada	-	(23.348)	(32)	(23)	-	(23.403)	
Obrigações especiais	-	(1.295)	-	-	-	(1.295)	

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração;

(2) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

18. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Energia elétrica	2.212	2.128
Encargos de uso da rede	570	559
Materiais e serviços	1.799	2.113
Energia livre	230	224
Total	4.811	5.024
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros ⁽¹⁾	4.811	5.024
Circulante	4.581	4.800
Não circulante	230	224

(1) Inclui o programa Antecipa Fácil e Contratos de Convênio

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:

- **Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma
- **Contrato de convênio:** O fornecedor e as instituições financeiras possuem relacionamento direto, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto Contrato de Convênio), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Plataforma Antecipa Fácil	85	59
Contrato de convênio	89	75
Total desembolsado	174	134
Fluxo de caixa das atividades operacionais	120	91
Fluxo de caixa das atividades de investimento	54	43

O valor das obrigações está apresentado como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Plataforma Antecipa Fácil	30	45
Contrato de convênio	-	74
Total	30	119
Circulante	30	119
Prazo médio de pagamento	57 dias	59 dias

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

19.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos bancários	4.029	4.801	-	-
Agências de fomento	18.458	18.798	2.877	3.022
Mercado de capitais	38.712	34.128	1.709	1.663
Empréstimos e financiamentos ^(I)	61.199	57.727	4.586	4.685
Instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3)	1.320	589	513	286
Caixa e equivalentes de caixa (nota 11)	(9.039)	(8.453)	(579)	(1.719)
Títulos e valores mobiliários	(1.054)	(1.121)	(283)	(275)
Dívida líquida	52.426	48.742	4.237	2.977

(I) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

19.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures e notas promissórias), principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$).

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, conseqüentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Denominados em R\$	52.225	47.561	1.725	1.680
Indexados a taxas flutuantes	44.903	41.604	1.725	1.680
Indexados a taxas fixas	7.322	5.957	-	-
Denominados em US\$	8.413	9.672	2.882	3.028
Indexados a taxas flutuantes	2.838	3.079	527	565
Indexados a taxas fixas	5.575	6.593	2.355	2.463
Denominados em outras moedas	1.494	1.348	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



Indexados a taxas flutuantes	-	568	-	-
Indexados a taxas fixas	1.494	780	-	-
	62.132	58.581	4.607	4.708
Depósitos em garantia	(187)	(166)	-	-
Custos de transação	(746)	(688)	(21)	(23)
	61.199	57.727	4.586	4.685
Passivo circulante	7.683	7.705	427	375
Passivo não circulante	53.516	50.022	4.159	4.310

Em 31 de março de 2026, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	79,3%	82,5%	73,1%	76,6%
Custo médio em taxa pré	11,7%	11,9%	10,8%	11,1%
Saldo da dívida	61.199	57.727	4.586	4.685
Instrumentos financeiros derivativos	1.320	589	513	286
Dívida total líquida de derivativos	62.519	58.316	5.099	4.971

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada subsidiária e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

				Consolidado
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2026	5.227	4.334	764	10.325
2027	7.242	4.620	545	12.407
2028	7.825	4.107	370	12.302
2029	7.915	3.269	50	11.234
2030	6.138	2.770	102	9.010
Entre 2031 e 2035	26.096	7.896	(946)	33.046
Entre 2036 e 2040	5.536	1.945	(59)	7.422
2041 em diante	3.261	525	-	3.786
Total	69.240	29.466	826	99.532

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de março de 2026 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2026, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 5,58 anos (5,71 anos em 31 de dezembro de 2025).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial do período	57.727	52.600	4.685	5.190
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	5.152	561	-	-
Amortizações de principal	(1.747)	(2.200)	-	-
Custo de captação	(82)	(19)	-	-
Pagamento de encargos de dívida	(633)	(549)	(16)	(21)
Depósitos em garantia	(22)	(26)	-	-
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	1.556	1.394	72	91
Variação cambial	(600)	(831)	(155)	(258)
Marcação a valor justo	(152)	56	-	-
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para a venda (nota 15.3)	-	(31)	-	-
Saldo final do período	61.199	50.955	4.586	5.002

No período findo de três meses em 31 de março de 2026, o Grupo captou R\$ 5.152, conforme demonstrado abaixo:

Tipo	Montante total	Taxas de Juros
Empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira ¹	1.152	CDI + 0,14%
Mercado de capitais	2.667	IPCA + 7,01%
	1.333	Prefixada de 12,54%

(1) Swaps cambiais contratados para operações em moeda estrangeira.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Consolidado
				Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/12/2026	9.454	6.807
			9.454	6.807

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de março de 2026 é de 0,51% a.a (0,51% a.a em 31 de dezembro de 2025) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui 88% dos contratos de dívidas consolidadas com *Covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o *EBITDA* (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e *EBITDA* sobre o resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de março de 2026 e 2025. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.03.2026	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2025
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ <i>EBITDA</i> (*)	≤ 4,0	3,57	3,41
<i>EBITDA</i> ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,49	2,46

(*) Acumulado de 12 meses.

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de

apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.

- (2) Índices gerais alcançados pelas informações consolidadas apresentadas nessa demonstração financeira. A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias, dessa forma, alguns *Covenants* financeiros possuem como base de apuração os valores consolidados da Neoenergia S.A.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

19.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 25.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Contratados para proteção de dívidas:				
Risco de câmbio (NDF, Opções e outros derivativos)	(3)	(2)	(2)	(1)
Swap de moeda – US\$ vs R\$	(853)	(333)	(495)	(285)
Swap de moeda – Outras moedas vs R\$	(305)	(232)	-	-
Swap de taxas de juros – R\$	(128)	(25)	-	-
Contratados para proteção de outras operações:				
Risco de câmbio – Produtos e serviços	(31)	3	(16)	-
Exposição líquida	(1.320)	(589)	(513)	(286)
Ativo circulante	65	114	-	-
Ativo não circulante	206	341	44	93
Passivo circulante	(465)	(302)	(134)	(64)
Passivo não circulante	(1.126)	(742)	(423)	(315)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Derivativos não designados para contabilidade de hedge				
Contratados para proteção de outras operações	(9)	5	-	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa				
Contratados para proteção de dívidas	(1.304)	(743)	(497)	(286)
Contratados para proteção de outras operações	(22)	(2)	(16)	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo				
Contratados para proteção de dívidas	15	151	-	-
	(1.320)	(589)	(513)	(286)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	31/03/2026			Consolidado 31/03/2025		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
	Saldo inicial do período	(594)	5	(589)	993	2
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(980)	(2)	(982)	(1.014)	4	(1.010)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(1)	(1)	-	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(36)	(35)	(71)	239	(13)	226
Liquidação financeira entradas (saídas)	319	4	323	(164)	(1)	(165)
Saldo final do período	(1.291)	(29)	(1.320)	54	(8)	46
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido	(980)	(2)	(982)	(1.014)	4	(1.010)

	31/03/2026			Controladora 31/03/2025		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
	Saldo inicial do período	(286)	-	(286)	47	-
Perda reconhecida no resultado	(229)	-	(229)	(330)	-	(330)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(3)	(16)	(19)	116	(8)	108
Liquidação financeira entradas	21	-	21	7	-	7
Saldo final do período	(497)	(16)	(513)	(160)	(8)	(168)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido	(229)	-	(229)	(330)	-	(330)

20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Provisões para processos judiciais (nota 20.1. a)	2.094	2.047
Provisão para obrigações ambientais	95	107
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	54	52
Provisões ressarcimentos	442	368
Total	2.685	2.574
Passivo circulante	745	654
Passivo não circulante	1.940	1.920

20.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

Consolidado

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Provisões regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.455	421	128	43	2.047
Combinação de negócios (nota 15.4)	13	-	-	-	13
Adições e reversões, líquido	52	19	(7)	(1)	63
Pagamentos	(74)	(26)	-	(1)	(101)
Atualização monetárias	63	13	(5)	1	72
Saldo em 31 de março de 2026	1.509	427	116	42	2.094
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.298	446	129	37	1.910
Adições e reversões, líquido	33	4	(1)	-	36
Pagamentos	(56)	(22)	-	-	(78)
Atualização monetárias	59	9	(2)	-	66
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda (nota 15.3)	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 31 de março de 2025	1.332	437	126	37	1.932

Para o trimestre findo em 31 de março de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Processos cíveis	4.696	4.586
Processos trabalhistas	2.027	1.924
Processos fiscais	5.984	6.079
Processos regulatórios	704	689
Total	13.411	13.278

Para o trimestre findo em 31 de março de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Processos cíveis	1.282	1.268
Processos trabalhistas	323	327
Processos fiscais	347	339
Outros Processos	103	102
Total	2.055	2.036

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Benefício definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Contribuição definida) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações trabalhistas e PLR	603	675
Benefícios Pós emprego	914	988
Total	1.517	1.663
Ativo não circulante ⁽¹⁾	(18)	(17)
Passivo circulante	675	781
Passivo não circulante	860	899

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulantes.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

Em 31 de março de 2026 o capital social é de R\$ 20.920 (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 20.920) correspondendo a 1.213.797.248 ações ordinárias (ON) escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S A. (Iberdrola)	974.546.208	80,29%	16.796
Iberdrola S.A.	42.482.904	3,50%	732
Conselheiros e diretores	1.143.802	0,09%	20
Demais acionistas – <i>Free float</i>	195.624.334	16,12%	3.372
Total de ações	1.213.797.248	100%	20.920

A Iberdrola Energía S.A., acionista controladora, celebrou em 10 de setembro de 2025 um contrato de compra e venda de ações com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ (“Previ”) para a aquisição da totalidade das ações da Neoenergia detidas pela Previ. A Transação foi concluída no dia 31 de outubro de 2025. Em razão da Operação, o grupo Iberdrola passou a deter aproximadamente 83,8% do capital social da Neoenergia e o acordo de acionistas celebrado entre a Iberdrola e a Previ em 7 de junho de 2017 foi definitivamente extinto. Vide Nota 25.

22.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A			
	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	1.284	1.001	1.285	998
Média ponderada de número ações em circulação	1.214	1.214	1.214	1.214
Lucro líquido básico e diluído por ação	1,06	0,82	1,06	0,82

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e Outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

23.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	31/03/2026				Consolidado 31/12/2025			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
	Ativo							
Contas a receber e outros	3	17	-	20	3	16	-	19
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	144	-	-	144	18	11	-	29
Outros ativos	-	-	31	31	-	-	32	32
	147	17	31	195	21	27	32	80
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	12	185	240	437	12	168	184	364
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	10	103	113	-	-	1.084	1.084
Outros passivos	-	-	2	2	-	-	2	2
	12	195	345	552	12	168	1.270	1.450

	31/03/2026				Controladora 31/12/2025			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
	Ativo							
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	781	143	-	924	640	18	-	658
Contratos de Mútuo	1.095	-	-	1.095	1.004	-	-	1.004
Outros ativos	-	-	-	-	1	-	-	1
	1.876	143	-	2.019	1.645	18	-	1.663
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	-	-	223	223	-	-	170	170
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	86	86	-	-	1.069	1.069
Outros passivos	59	-	-	59	135	-	-	135
	59	-	309	368	135	-	1.239	1.374

23.2 Transações com partes relacionadas

	31/03/2026				Consolidado 31/03/2025			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período								
Receita operacional, líquida	8	16	-	24	9	10	-	19
Custos dos serviços	(14)	(366)	(2)	(382)	(20)	(395)	(2)	(417)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(99)	(99)	-	-	(65)	(65)
	(6)	(350)	(101)	(457)	(11)	(385)	(67)	(463)

	31/03/2026				Controladora 31/03/2025			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período								
Receita operacional, líquida	1	-	-	1	1	-	-	1
Despesas gerais e administrativas	-	-	(46)	(46)	-	-	(47)	(47)
Resultado financeiro líquido	126	-	-	126	117	-	-	117
	127	-	(46)	81	118	-	(47)	71

23.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Salários e benefícios recorrentes	14	14	11	11
Remuneração variável de curto prazo	7	4	5	3
Benefícios de longo prazo	5	2	4	-
Total	26	20	20	14

23.4 Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de março de 2026, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 3.428.

24. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	31/03/2026			Consolidado 31/12/2025		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4.314	-	4.725	4.145	-	4.308
Títulos e valores mobiliários	323	-	731	321	-	800
Contas a receber de clientes e outros	14.655	-	-	13.864	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	99	172	-	220	235
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	546	-	-	206	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	34.576	-	-	32.993
Outros ativos	409	-	-	266	-	-
	20.247	99	40.204	18.802	220	38.336
Passivos financeiros						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	4.811	-	-	5.024	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.663	-	7.536	51.487	-	6.240
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	1.040	-	-	1.368	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.424	167	-	965	79
Passivo de arrendamento	257	-	-	248	-	-
Uso do bem público	53	-	-	42	-	-
Outros passivos	2.133	-	-	1.989	-	-
	61.957	1.424	7.703	60.158	965	6.319

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

24.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 24.7 (análise de sensibilidade).

24.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	31/03/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.725	-	4.308	-
Títulos e valores mobiliários	731	-	800	-
Instrumentos financeiros derivativos	265	6	449	6
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	34.576	-	32.993
	5.721	34.582	5.557	32.999
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	7.536	-	6.240	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.591	-	1.044	-
	9.127	-	7.284	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 548 e R\$ 652, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 14.1.

24.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	31/03/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	53.663	53.619	51.487	51.457

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

24.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2025.

24.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	US\$ 62	US\$ 66	2027 - 2029	318	362
Passivo	R\$ 198	R\$ 213		(195)	(209)
Exposição líquida				123	153

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	US\$ 11	US\$ 11	2027	58	62
Passivo	R\$ 38	R\$ 40		(39)	(39)
Exposição líquida				19	23

Os programas abaixo são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	US\$ 483	US\$ 494	2030	2.473	2.696
Passivo	R\$ 2.574	R\$ 2.684		(2.574)	(2.684)
Exposição líquida				(101)	12

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	US\$ 1.058	US\$ 1.188	2027 - 2036	5.308	6.287
Passivo	R\$ 6.159	R\$ 6.767		(6.201)	(6.811)
Exposição líquida				(893)	(524)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	-	€ 88	2026	-	577
Passivo	-	R\$ 554		-	(554)
Exposição líquida				-	23

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	€ 32	-	2029	190	-
Passivo	R\$ 206	-		(208)	-
Exposição líquida				(18)	-

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Desembolso USD					
Termo de Compra	US\$ 17	US\$ 17	2026-2029	(8)	(4)
Exposição líquida				(8)	(4)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Desembolso EUR					
Termo	€ 35	€ 1	2026	(16)	-
Exposição líquida				(16)	-

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Franco Suíço

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *Swaps* para mitigar a exposição.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap CHF pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	CHF 107	-		665	-
Passivo	R\$ 699	-	2027-2029	(716)	-
Exposição líquida				(51)	-

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *Swaps* para mitigar a exposição.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	R\$ 7.689	R\$ 6.173		7.317	5.950
Passivo	R\$ 7.716	R\$ 6.179	2030-2033	(7.444)	(5.975)
Exposição líquida				(127)	(25)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	JPY 19.254	JPY 22.216	2027-2031	606	756
Passivo	R\$ 826	R\$ 992		(843)	(1.010)
Exposição líquida				(237)	(254)

24.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 62 dias úteis (ou 92 dias corridos) a partir 31 de março de 2026.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de março de 2026.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar	5,2194	(8.416)	(8.542)	(1.281)	(2.563)
Swap Ponta Ativa em Dólar				8.157	8.277	1.242	2.483
Exposição Líquida				(259)	(265)	(39)	(80)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,0117	(192)	(196)	(29)	(59)
Swap Ponta Ativa em Euro				190	195	29	58
Exposição Líquida				(2)	(1)	-	(1)
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0328	(631)	(647)	(97)	(194)
Swap Ponta Ativa em Iene				606	620	93	186
Exposição Líquida				(25)	(27)	(4)	(8)
Dívida em Franco Suíço	Franco Suíço (CFH)	Alta do Franco Suíço	6,5031	(671)	(671)	(101)	(201)
Swap Ponta Ativa em Franco Suíço				665	665	100	199
Exposição Líquida				(6)	(6)	(1)	(2)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,2194	(94) 94	12 (12)	25 (25)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em Euro NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,0117	(215) 215	31 (31)	62 (62)
Exposição				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,65%	10.051	346	(50)	(98)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,65%	(16.542)	(621)	(88)	(174)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,65%	(17.136)	(594)	(84)	(168)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	3,81%	(27.408)	(618)	(36)	(72)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR	3,63%	(991)	(13)	(2)	(2)
Swap SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta do SOFR	3,63%	1.000	14	2	2
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,13%	(683)	(19)	(2)	(5)
Swap ponta passiva em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	3,81%	(1.068)	(21)	(1)	(3)

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de controlada Energética Águas da Pedra

Em 2 de abril de 2026, a Companhia concluiu a transação de venda da EAPSA para a EDF Brasil Hidro Participações S.A. (“EDF Hidro”), após cumpridas todas as condições precedentes do Contrato de Compra e Venda assinado em 21 de novembro de 2025, e o recebimento de R\$2.362. A EAPSA opera a UHE Dardanelos, situada no Estado do Mato Grosso e com capacidade instalada de 261 MW.

No âmbito do Acordo de Investimento celebrado com a EDF Brasil Holding S.A. (“EDF Holding”), também em 21 de novembro de 2025, a Companhia passa a deter 25% do capital social da EDF Hidro, tendo aportado capital no montante de R\$ 94, mantendo uma participação indireta de 25% na EAPSA, único investimento da EDF Hidro.

Essa operação reforça a estratégia de rotação de ativos da Companhia com foco em otimização de portfólio com geração de valor, seguindo a disciplina de capital e simplificação de sua estrutura.

Prorrogação da Concessão

Em 6 de abril de 2026, o Ministério de Estado de Minas e Energia publicou o despacho deferindo o requerimento de prorrogação da concessão de distribuição e convocação para assinatura do aditivo de contrato da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro, dentro do prazo de 60 dias.

Oferta Pública de Ações

A Iberdrola Energia, em 9 de abril de 2026, arrematou 172.512.742 ações ordinárias, representativas de 14,21% do capital social da Companhia. Adicionalmente, em 10 de abril de 2026, a Neoenergia S.A. protocolou, perante a CVM, pedido de conversão de seu registro de emissora de valores mobiliários da categoria “A” para a categoria “B”, em continuidade aos Fatos Relevantes anteriormente divulgados.

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de abril de 2026 a ANEEL aprovou os Reajustes Tarifários das controladas Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern, conforme demonstrado abaixo:

	Neoenergia Coelba	Neoenergia Cosern
Consumidores baixa tensão	4,19%	3,74%
Consumidores alta tensão	10,21%	10,90%
Reajuste médio na tarifa	5,85%	5,40%
Modelo do processo:	RTA	RTA
Nº da resolução homologatória	3.578	3.573
Data da resolução homologatória	22/04/2026	22/04/2026

Captação de Dívida

Controlada	Natureza	Montante	Vencimento	Data de recebimento
Neoenergia Coelba	Banco de fomento	R\$ 502	8 anos	10/04/2026

Alienação de participação societária

Em 28 de abril de 2026, a Neoenergia S.A. e o fundo de investimentos Unique Power, detido pela Warrington Investment Pte. Ltd., firmaram contrato para a compra de 1% das ações da Neoenergia Transmissão e, por outro lado, a venda de 49% das novas ações da Neoenergia Transmissão S.A. Essas ações serão emitidas devido a um aumento de capital, baseado na participação acionária da companhia nas seguintes companhias: (i) Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A.; (ii) Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.; (iii) Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.; (iv) Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão e Energia S.A.; (v) Neoenergia Estreito Transmissão de Energia Elétrica S.A.; (vi) Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia Elétrica S.A.; e (vii) Neoenergia Paraíso Transmissão de Energia Elétrica S.A., considerando um *equity value* de R\$ 2.418 milhões. Como resultado da Transação, a Companhia será titular de 51% do capital social total de Neoenergia Transmissão, passando a deter seu controle, que desde setembro de 2023 vinha sendo compartilhado com o Unique Power e a Warrington.

A conclusão da Transação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como por determinados terceiros.